



# Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2025  
e relatório do auditor independente**



## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Cooperados  
Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito ("Sicoob Cocred"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações das sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sicoob Cocred, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase - Informações comparativas**

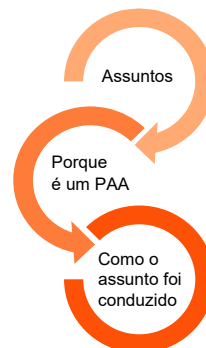
Chamamos a atenção para a Nota 2.1 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.



Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

## Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



### Porque é um PAA

#### Provisão para perdas associadas ao risco de crédito (Notas 3.8 e 8)

A partir de 1º de janeiro de 2025 entrou em vigor a Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB) - as normas -, em substituição à Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece novos requerimentos para os instrumentos financeiros, e mais especificamente, para as perdas esperadas. Essas normas também trazem requerimentos sobre classificação e mensuração desses instrumentos, constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, baseada em parâmetros de risco Probabilidade de *Default* (PD), LGD - perda dado o *default* e EAD - exposição no momento do *default*), bem como regras de ativo problemático, aumento de risco, reestruturação, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros.

Especificamente para a determinação da metodologia de mensuração da perda esperada associadas ao risco de crédito, a Administração da Sicoob Cocred utiliza o racional técnico desenvolvido pela Líder do Conglomerado Prudencial do Sicoob, isto é, o Banco Sicoob, considerando o requerimento da Resolução nº 352 que menciona que cabe à instituição líder definir e documentar os critérios contábeis consolidados do conglomerado, garantindo a adaptação dos sistemas e planos de contas supracitadas.

Neste contexto, a metodologia desenvolvida pela instituição líder, envolve um elevado nível de julgamento por parte da Administração da Sicoob Cocred e do Banco Sicoob e considera, para os parâmetros de risco (PD, LGD e EAD), dentre

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Em relação as normas, avaliamos os processos adotados pelo Banco Sicoob para a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros, com foco nos novos modelos de provisão para perdas.

Realizamos entendimento e testes substantivos relevantes na apuração e reconhecimento das perdas associadas ao risco de crédito, contemplando substancialmente os seguintes processos: (i) dados significativos utilizados pelos modelos; (ii) existência e mensuração das garantias na determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito; (iii) aprovação e registro de operações renegociadas; (iv) processamento e contabilização das perdas estimadas; (v) conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e (vi) elaboração das notas explicativas.



Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

---

## Porque é um PAA

outros elementos, a utilização de premissas comportamentais históricas e a elaboração de estimativas que incorporam fatores internos e externos, tais como qualidade do crédito, situação econômica e financeira, garantias, segmento e cenários econômicos.

Para além da metodologia dos parâmetros de risco, isto é, acerca dos requerimentos mínimos da norma (aumento significativo de risco, cura, reestruturação, dentre outros), a instituição Líder também utiliza premissas que envolvem dados históricos e estimativas comportamentais para desenvolvimento dos estudos técnicos dos temas mencionados.

Dessa forma, essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

---

## Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Para as estimativas de perda esperada, realizados testes substantivos, contemplando substancialmente os seguintes procedimentos: (i) avaliação metodológica dos modelos dos parâmetros de risco; (ii) reperformance em base amostral dos parâmetros de risco; (iii) reperformance da marcação da perda esperada; (iv) avaliação de estudos técnicos acerca dos requerimentos mínimos da norma (ex.: aumento de risco, ativo problemático etc.); e (v) teste de classificação de operações por estágios.

Uma vez que o Banco Sicoob aplique estimativas de perda calculadas considerando a avaliação coletiva, efetuamos testes quanto ao processo de validação e aprovação dos modelos aplicados na determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Em base amostral, com o auxílio de nossos especialistas, testamos os referidos modelos, considerando os parâmetros desenvolvidos para as carteiras mais significativas, bem como a integridade da base de dados utilizada para os cálculos.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, com base na Resolução nº 4.966 do CMN, conforme divulgados nas demonstrações financeiras, estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.

---



Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração da Sicoob Cocred é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sicoob Cocred continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sicoob Cocred ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sicoob Cocred são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sicoob Cocred.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sicoob Cocred. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sicoob Cocred a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 12 de março de 2026

PRICE WATER HOUSE COOPERS  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP027654/F-4

DocuSigned by

Marcos Franco Botelho

Signed By: MARCOS FRANCO BOTELHO 05231963690

CPF: 05231963690

Signing Time: 12 de março de 2026 | 16:58 BRT

O: ICP-Brasil, OU: Certificado Digital PF A3

C: BR

Issuer: AC SyngularID Multipla

Marcos Franco Botelho  
Contador CRC 1SP249995/O-8

**Índice**

Balanço patrimonial	2
Demonstração das sobras ou perdas	4
Demonstração dos resultados abrangentes	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstração dos fluxos de caixa	7
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	
1 Contexto operacional	8
2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis	8
3 Principais Políticas Contábeis	14
4 Reconciliação de Saldos Patrimoniais Comparativos em 1º de janeiro de 2025	23
5 Caixa e equivalentes de caixa	24
6 Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Títulos e Valores Mobiliários e demais Ativos	
Financeiros	25
8 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	34
9 Outros ativos financeiros	36
10 Ativos fiscais, correntes e diferidos	37
11 Outros ativos	37
12 Imobilizado	38
13 Intangível	39
14 Instrumentos Financeiros	39
15 Outros Instrumentos de Dívida	40
16 Repasses Interfinanceiros	41
17 Outros passivos financeiros	42
18 Provisões	45
19 Patrimônio líquido	46
20 Resultado de Atos Não Cooperativos	48
21 Receitas da Intermediação Financeira	48
22 Despesas da Intermediação Financeira	49
23 Despesa com Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	49
24 Rendas de Tarifas	50
25 Ingressos/ Receitas de Prestação de Serviços	50
26 Despesas de Pessoal	50
27 Outras Despesas Administrativas	51
28 Despesas Tributárias	52
29 Outras Despesas Operacionais	52
30 Outros Receitas Operacionais	52
31 Despesas com Provisões	53
32 Outras Receitas e Despesas Não Operacionais	53
33 Resultado Não Recorrente	53
34 Partes relacionadas	53
35 Cooperativa Central - Sicoob São Paulo	54
36 Índice de Basileia	55
37 Benefícios a empregados	55
38 Gerenciamento de riscos	56
39 Cobertura de seguros	64

**Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito****Balço patrimonial**

Em milhares de reais

	Nota	2025
<b>ATIVO</b>		<b>14.233.416</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>5</b>	<b>17.406</b>
<b>Ativos Financeiros ao Custo Amortizado</b>		<b>13.443.836</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	<b>6.1</b>	23.929
Títulos e Valores Mobiliários	<b>6.1</b>	452
Relações Interfinanceiras	<b>5 e 6.6</b>	5.139.709
Operações de Crédito	<b>7</b>	5.219.805
Outros Créditos	<b>7</b>	3.666.985
Outros Ativos Financeiros	<b>9</b>	29.591
<b>(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito</b>	<b>8</b>	<b>(636.635)</b>
<b>Ativos Financeiros ao Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>6.2</b>	<b>260.859</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Líquido de Provisão para Perdas		260.859
<b>Ativos Financeiros ao Valor Justo Por Meio do Resultado</b>	<b>6.3</b>	<b>349.560</b>
Títulos e Valores Mobiliários, Líquido de Provisão para Perdas		349.560
<b>Ativos Fiscais Correntes e Diferidos</b>	<b>10</b>	<b>5.834</b>
<b>Outros Ativos</b>	<b>11</b>	<b>48.492</b>
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>12</b>	<b>173.207</b>
<b>Intangível</b>	<b>13</b>	<b>39.567</b>
<b>(-) Depreciações e Amortizações</b>		<b>(105.344)</b>
(-) Depreciação Acumulada de Ativo Imobilizado de Uso	<b>12</b>	(76.716)
(-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis	<b>13</b>	(28.629)
<b>Total do Ativo</b>		<b>14.233.416</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito****Balço patrimonial**

Em milhares de reais

(Continuação)

	Notas	2025
<b>PASSIVO</b>		<b>14.233.416</b>
<b>Passivos Financeiros ao Custo Amortizado</b>		<b>12.371.068</b>
<b>Depósitos</b>	<b>14</b>	<b>7.142.197</b>
Depósitos à Vista		980.762
Depósitos de Poupança		3.817
Depósitos a Prazo		6.149.281
Outros depósitos		8.337
<b>Outros Instrumentos de Dívida</b>	<b>15</b>	<b>4.383.702</b>
Recursos por emissão de Letras		4.383.702
<b>Relações Interfinanceiras</b>	<b>16</b>	<b>614.207</b>
Repasse Interfinanceiros		614.207
<b>Outros Passivos</b>	<b>17.1</b>	<b>161.072</b>
Obrigações por Empréstimos e Repasses	17.2	9.582
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	17.3	998
Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas	17.4	26.927
Outras Obrigações	17.5	123.565
<b>Provisões</b>	<b>18</b>	<b>69.889</b>
Provisões e Outras Obrigações com Instrumentos Financeiros		23.216
Provisão para Pagamento a Efetuar		16.450
Provisão para Contingências		30.223
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.862.348</b>
Capital Social	19.1	1.149.890
Reserva de Sobras		658.698
Sobras ou Perdas Acumuladas	19.2	53.759
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>		<b>14.233.416</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito****Demonstração das sobras ou perdas**

Em milhares de reais

	Nota	2025	
		2º semestre (6 meses)	Exercício (12 meses)
<b>Ingressos e Receitas da Intermediação Financeira</b>		<b>1.204.545</b>	<b>2.176.993</b>
Resultado de Operações de Crédito	21.1	842.582	1.556.098
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	21.2	1.655	10.766
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	21.3	9.247	17.644
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	5	351.060	592.485
<b>Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira</b>	22	<b>(827.125)</b>	<b>(1.494.534)</b>
Operações de Captação no Mercado		(780.359)	(1.405.727)
Operações de Empréstimos e Repasses		(46.765)	(88.806)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>		<b>377.420</b>	<b>682.460</b>
<b>Provisões P/ Perdas Esperadas Assoc. ao Risco de Crédito</b>	23	<b>(155.036)</b>	<b>(348.444)</b>
<b>Resultado Líquido da Intermediação Financeira</b>		<b>222.384</b>	<b>334.016</b>
<b>Outras Receitas/Despesas Operacionais</b>		<b>(60.200)</b>	<b>(121.433)</b>
Rendas de Tarifas Bancárias	24	5.662	11.251
Ingressos/ Receitas de Prestação de Serviços	25	36.596	71.551
Despesas de Pessoal	26	(56.378)	(107.749)
Outras Despesas Administrativas	27	(62.221)	(124.112)
Despesas Tributárias	28	(1.620)	(3.194)
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	29	(36.668)	(65.087)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	30	54.431	95.908
<b>Provisões</b>	31	<b>(310)</b>	<b>6.159</b>
Provisões/Reversões para Contingências		(1.160)	7.886
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		850	(1.727)
<b>Resultado Operacional</b>		<b>161.873</b>	<b>218.742</b>
<b>Outras Receitas e Despesas Não Operacionais</b>	32	<b>(18.105)</b>	<b>(19.889)</b>
<b>Sobras Antes da Tributação e Participações</b>		<b>143.768</b>	<b>198.852</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>		<b>(2.928)</b>	<b>(3.568)</b>
Imposto de Rendas sobre Atos Não Cooperados		438	-
Contribuição Social sobre Atos Não Cooperados		(3.365)	(3.568)
<b>Participações nas Sobras</b>		<b>(19.272)</b>	<b>(19.300)</b>
<b>Sobras ou Perdas do Período antes das Destinações e dos Juros ao Capital</b>		<b>121.569</b>	<b>175.985</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito****Demonstração do resultado abrangente**

Em milhares de reais

	<b>2025</b>	
	<b>2º semestre</b>	<b>Exercício</b>
	<b>(6 meses)</b>	<b>(12 meses)</b>
<b>Sobras do período/exercício</b>	<b>121.569</b>	<b>175.985</b>
Outros resultados abrangentes		
<b>Total do resultado abrangente</b>	<b>121.569</b>	<b>175.985</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito****Demonstração das mutações do patrimônio líquido**

Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Capital à Realizar	Reserva Legal	Resolução 4.966/21	Sobras acumuladas	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>1.031.251</b>	<b>(266)</b>	<b>580.274</b>		<b>94.129</b>	<b>1.705.388</b>
<b>Adoção inicial Resolução CMN 4.966/21</b>	<b>4 a</b>					27.791	27.791
<b>Destinações de Sobras do Exercício Anterior:</b>	<b>19.3</b>						
Constituição de Reservas				47.064		(47.064)	
Distribuição de sobras para associados		28.163				(47.065)	(18.902)
<b>Movimentação de Capital:</b>							
Por Subscrição/Realização	19.1	88.765	(1.500)				87.265
Por Devolução	19.1	(109.278)					(109.278)
<b>Sobras do exercício antes das destinações e do JCP</b>						175.985	175.985
<b>Reversão de Fates</b>						12.139	12.139
<b>Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio</b>	<b>19.2</b>	112.755				(126.316)	(13.561)
<b>Destinações das Sobras do Exercício:</b>	<b>19.3</b>						
Fundo de Reserva				31.360		(31.360)	
FATES - Atos Cooperativos						(4.480)	(4.480)
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>1.151.656</b>	<b>(1.766)</b>	<b>658.698</b>		<b>53.759</b>	<b>1.862.347</b>
<b>Em 30 de junho de 2025</b>		<b>1.061.812</b>	<b>(892)</b>	<b>627.339</b>	<b>27.791</b>	<b>54.415</b>	<b>1.770.465</b>
<b>Adoção inicial Resolução CMN 4.966/21</b>	<b>4 a</b>				(27.791)	27.791	
<b>Movimentação de Capital:</b>							
Por Subscrição/Realização	19.1	47.469	(874)				46.595
Por Devolução (-)	19.1	(70.378)					(70.378)
<b>Sobras do exercício antes das destinações e do JCP</b>						121.569	121.569
<b>Reversão de Fates</b>						12.139	12.139
<b>Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio</b>	<b>19.2</b>	112.755				(126.316)	(13.561)
<b>Destinações das Sobras do Período:</b>	<b>19.3</b>						
Fundo de Reserva				31.360		(31.360)	
FATES - Atos Cooperativos						(4.480)	(4.480)
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>1.151.656</b>	<b>(1.766)</b>	<b>658.698</b>		<b>53.759</b>	<b>1.862.347</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito****Demonstração dos fluxos de caixa**

Em milhares de reais

	Nota	2025	
		2º semestre (6 meses)	Exercício (12 meses)
<b>Sobras antes da tributação e participações</b>		<b>143.768</b>	<b>198.852</b>
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos - Invest. Aval. Custo	30	(35.992)	(35.992)
Distribuição de Sobras e Dividendos - Invest. Aval. Custo	30	(6.330)	(27.352)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	23	155.036	348.444
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	31	(850)	1.727
Provisões/Reversões Não Operacionais	32	17.110	17.678
Provisões/Reversões para Contingências	31	1.160	(7.886)
Atualização de Depósitos em Garantia	30	(32)	(65)
Depreciações e Amortizações	27	10.157	21.415
<b>Sobras antes da tributação e participações ajustado</b>		<b>284.027</b>	<b>516.822</b>
<b>Aumento (redução) em ativos operacionais</b>			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(176.183)	(97.243)
Títulos e Valores Mobiliários		20.120	182.479
Relações Interfinanceiras		(3.817)	(3.817)
Operações de Crédito		(211.553)	(323.590)
Outros Ativos Financeiros		243.369	113.211
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(2.599)	8.933
Outros Ativos		(46.471)	(52.093)
<b>Aumento (redução) em passivos operacionais</b>			
Depósitos à Vista		69.316	(4.306)
Depósitos a Prazo		392.884	486.059
Outros Depósitos		12.154	(1.916)
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		535.569	883.620
Relações Interfinanceiras		(196.141)	(172.176)
Obrigações por Empréstimos e Repasses		9.164	9.170
Outros Passivos Financeiros		(16)	(2.200)
Provisões		9.897	22.811
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		18.248	8.788
Outros Passivos		(135.549)	(122.437)
FATES - Atos Cooperativos		(4.480)	(4.480)
Reversão/Realização de Fundos		12.139	12.139
Imposto de Renda Pago		387	
Contribuição Social Pago		(131)	(443)
<b>Caixa líquido aplicado / originado em atividades operacionais</b>		<b>830.334</b>	<b>1.459.331</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>			
Distribuição de Dividendos Recebidos - Invest. Aval. Custo	30	6.330	26.493
Distribuição de Sobras da Central Recebidos - Invest. Aval. Custo	30		859
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos - Invest. Aval. Custo	30	35.992	35.992
Aquisição de Intangível		(1.515)	(8.587)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(3.082)	(5.938)
Aquisição de Investimentos		(50.697)	(76.566)
<b>Caixa líquido aplicado / originado em atividades de investimentos</b>		<b>(12.971)</b>	<b>(27.746)</b>
<b>Atividades de Financiamentos</b>			
Aumento por novos aportes de Capital	19.1	46.441	87.112
Devolução de Capital aos Cooperados	19.1	(70.378)	(109.278)
Distribuição de Sobras Para Associados Pago			(18.902)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		112.755	112.755
<b>Caixa líquido aplicado / originado em atividades de financiamentos</b>		<b>88.818</b>	<b>71.688</b>
<b>Aumento / redução líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>906.180</b>	<b>1.503.274</b>
<b>Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período		4.247.117	3.650.023
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	5	5.153.297	5.153.297
<b>Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>906.180</b>	<b>1.503.274</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### 1 Contexto operacional

A Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito ("Sicoob Cocred" ou "Cooperativa") é uma cooperativa de crédito singular de livre admissão de cooperados com sede em Sertãozinho - SP, instituição financeira não bancária, fundada em 27 de julho de 1969, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo e acionista do Banco Cooperativo Sicoob S.A – Banco Sicoob.

A Sicoob Cocred possui Postos de Atendimento - PAs nos municípios de Araçatuba, Barretos, Barrinha, Bastos, Batatais, Bauru, Cajobi, Cajuru, Cravinhos, Franca, Guaira, Jaborandi, Jardinópolis, Lins, Monte Alto, Marília, Morro Agudo, Ocauçu, Paulo de Faria, Pitangueiras, Pontal, Ribeirão Preto, Santa Rosa do Viterbo, São José do Rio Preto, São Carlos, Serrana, Sertãozinho, Severínia, Terra Roxa, Tupã, Vera Cruz, Uberlândia, Uberaba e Viradouro.

A área de admissão de cooperados passou a abranger todas as unidades da Federação.

A Sicoob Cocred tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos cooperados;
- (ii) A formação educacional de seus cooperados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

### 2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

#### 2.1 Apresentação das demonstrações financeiras

##### a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB.

Estão apresentadas em conformidade com as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BCB e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações pela Lei Complementar nº 130/09 e 196/22. Também foram observadas a Resolução CMN nº 4.818/2020, que estabelece diretrizes contábeis, a Resolução nº 5.185/2024 e a Resolução CMN nº 4.924/2021, alteradas pela Resolução CMN nº 5.116/2024. Por fim, foram consideradas as diretrizes da Resolução BCB nº 2/2020, atualizada pela Resolução BCB nº 367/2024. Por fim, foram consideradas as diretrizes da Resolução BCB nº 2/2020, atualizada pela Resolução BCB nº 367/2024.

## Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A cooperativa adotou ao que determina o Art. 79 da Res. CMN nº 4.966/21, onde ficam dispensadas da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 comparativo aos períodos anteriores.

As demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A administração, responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, compreende a Diretoria Executiva.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação pelo Conselho de administração e ratificação pelo Conselho fiscal, que são os órgãos estatutários responsáveis pela governança, ocorreu em 23 de fevereiro 2026 e 25 de fevereiro de 2026, respectivamente.

#### b) Convergência às normas internacionais de contabilidade

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme a tabela a seguir apresenta as normas recepcionadas:

Pronunciamentos CPC	Resolução CMN
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN nº 3.989/2011
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 24 - Evento Subsequente	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN nº 3.823/2009
CPC 28 - Propriedade para investimento	Resolução CMN nº 4.967/2021
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	Resolução CMN nº 4.877/2020
CPC 41 - Resultado por Ação	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	Resolução CMN nº 4.924/2021

Os demais Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC serão aplicados quando aprovada a adoção pelo Conselho Monetário Nacional. No entanto, os seguintes CPCs foram adotados parcialmente pelo CMN por meio da emissão das seguintes normas:

## Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Pronunciamentos CPC	Resolução CMN
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Resolução CMN 4.524/2016;
CPC 04 (R1) - Ativo Intangível	Resolução CMN nº 4.534/2016
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Resolução CMN nº 4.535/2016
CPC 48 – Instrumentos Financeiros	Resolução CMN nº 4.966/2021

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB, quando aplicáveis à esta cooperativa, foram empregados em sua integridade na elaboração destas demonstrações financeiras. Os impactos requeridos pelas Resolução CMN 4.966/21 e Resolução BCB 352/23 estão refletidos nas demonstrações deste período.

#### c) Moeda Funcional e apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Cooperativa. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais.

## 2.2 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

#### a) Mudanças aplicadas nas presentes demonstrações financeiras

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2025:

#### Resolução CMN nº 4.966/2021

A Resolução CMN nº 4.966/2021 alterada pela Resolução CMN nº 5.244/2025 e a Resolução BCB nº 352/2023: introdução de mudanças significativas nas normas contábeis para instrumentos financeiros, alinhando-se aos conceitos da norma internacional IFRS 9 (CPC 48). Os principais impactos nas demonstrações referente a adoção da resolução são:

- a.1 - A adoção do modelo de perda esperada para o reconhecimento das perdas associadas ao risco de crédito. Os instrumentos financeiros são classificados em 3 (três) estágios, de acordo com o incremento do risco de crédito associado. Essa abordagem antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência de inadimplência.
- a.2 - Ativos financeiros passam a ser mensurados e classificados com base no modelo de negócio da Cooperativa e em suas características contratuais de fluxos de caixa e não mais com base na intenção.
- a.3 - As receitas e os encargos de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, utilizando-se o método de taxa de juros efetivas.
- a.4 - Novos critérios para mensuração de operações renegociadas e reestruturadas, visando maior transparência e comparabilidade.
- a.5 - Vedação de registro no ativo de instrumentos financeiros baixados para prejuízo, exceto quando houver renegociação do instrumento, observando os devidos requisitos dispostos na Resolução.
- a.6 - Mudança do critério de suspensão da apropriação de juros, que passa a ocorrer a partir do momento em que as operações são caracterizadas como “ativo financeiro com problema de recuperação de crédito”;

## Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

a.7 - Mudança no critério de baixa de ativo financeiros para prejuízo, que passam a ser baixados a partir do momento em que a Cooperativa não tem mais expectativa de recuperação.

Além disso:

- O critério de suspensão da apropriação de juros passa a se aplicar a partir do momento em que as operações forem classificadas como "ativo financeiro com problema de recuperação de crédito";
- O critério de baixa de ativos financeiros para prejuízo também foi alterado: os ativos passam a ser baixados quando a Cooperativa não tiver mais expectativa de recuperação;
- Foram estabelecidas novas diretrizes para a contabilidade de hedge, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2027.

A Cooperativa adotou a disposição transitória prevista no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/2021 de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas).

Os efeitos dos ajustes decorrentes da adoção dos novos critérios contábeis foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

A reconciliação do patrimônio líquido demonstrando os efeitos da transição da norma em 1º de janeiro de 2025, está apresentado na nota 4.

### Resolução CMN 4.975/2021 e Resolução 5.101/2023

Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil tanto na condição de arrendadora como arrendatária. Essa norma estabelece os requisitos para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil por instituições financeiras com base no CPC 06 (R2) - Arrendamentos. A norma é aplicável a todos os contratos de arrendamento, contudo, faculta às instituições financeiras a aplicação prospectiva conforme Artigo 2º, parágrafo 5º da referida Resolução.

Tendo como base as análises efetuadas e a faculdade prevista, a Cooperativa optou por adotar a norma prospectivamente para os contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2025, data em que entrou em vigor, conforme determinação do órgão regulador. A aplicação da Resolução no exercício não acarretou impactos para a Cocred, pois não foram firmados novos contratos em 2025

### Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF

Concomitante a mudança trazida pelas Resoluções já mencionadas, está a reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. O Banco Central do Brasil (BCB) reestruturou o elenco de contas do COSIF, estabelecendo novas estruturas e limitando os níveis de agregação das contas. As alterações promovidas foram publicadas pelo órgão regulador nos seguintes normativos:

- Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: define os subgrupos contábeis do elenco de contas do COSIF;
- Resolução BCB nº 390, de 12 de junho de 2024: trata da utilização do Padrão Contábil (Cosif) e da estrutura do elenco de contas do COSIF;

## Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

iii) Instruções Normativas BCB nº 426 a 433, atualizadas pelas Instruções Normativas BCB nº 619/2025 a 671/2025: define as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) referentes aos grupos:

- (i) ativo realizável e permanente;
- (iv) grupos de compensação ativa e passiva;
- (iii) passivo exigível;
- (iv) patrimônio líquido;
- (v) resultado credor e devedor.

#### b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

##### Reforma tributária

A Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta a Emenda Constitucional nº 132/2023, instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, prevendo a substituição gradativa dos tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS e ISS) pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Durante o exercício de 2025, as instituições financeiras e Cooperativas de crédito permanecem enquadradas no regime específico para serviços financeiros, nos termos das normas complementares em discussão, não havendo, até a presente data, obrigação de adoção antecipada dos novos tributos.

No período, a Cooperativa e o Sistema Cooperativo realizaram análise preliminar dos potenciais efeitos da nova tributação, considerando:

- (i) a manutenção da não incidência sobre atos cooperativos, princípio constitucional preservado;
- (ii) eventuais impactos na tributação de atos não cooperativos e receitas acessórias; e
- (iii) possíveis adequações operacionais e sistêmicas decorrentes da transição aos novos modelos de apuração.

A nova legislação exigirá adaptações operacionais e contábeis, especialmente diante da unificação de tributos e da necessidade de interpretação clara sobre o conceito de ato cooperativo. A norma foi sancionada em 16/01/2025 e respeitará o seguinte escalonamento de implementação:

- 1º de janeiro de 2025: Produção de efeitos para alguns artigos específicos (ex: artigos. 35, 58, 60 §3º, 62, 266, entre outros).
- 1º de maio de 2025: Produção de efeitos dos artigos 537 a 540 (quatro meses após a publicação).
- 1º de janeiro de 2026: Produção de efeitos para a maior parte dos dispositivos.
- 1º de janeiro de 2027 a 2033: Produção de efeitos escalonada para dispositivos mais complexos, como os relacionados à transição tributária e à substituição integral de tributos antigos.

Considerando o estágio atual de implementação, a Cooperativa vem conduzindo, para o próximo exercício, um plano de adequação voltado (i) à revisão de processos de faturamento e contratação com

## Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

fornecedores, (ii) à avaliação de impactos sobre o preço e a estrutura de custos dos serviços oferecidos, (iii) avaliação sobre eventuais necessidades de emissão de nota fiscal de serviço, (iv) mapeamento e classificação das operações para fins de apuração e escrituração em eventuais obrigações acessórias, e (v) à atualização de sistemas, cadastros fiscais e parametrizações para captura, conciliação e suporte à apuração de créditos e débitos, quando aplicável.

Entre os principais temas em avaliação, destacam-se:

- a) impactos nos serviços oferecidos, inclusive pela eventual necessidade de adequações contratuais para refletir a forma de destaque e repasse de CBS/IBS nas notas fiscais e documentos fiscais equivalentes;
- b) procedimentos de apuração e controle de créditos tributários, observadas as regras de não cumulatividade e os requisitos de documentação e escrituração;
- c) adequações operacionais e de compliance, envolvendo governança de dados fiscais, trilhas de auditoria, conciliações e controles internos; e
- d) potenciais efeitos sobre apresentação, notas explicativas e divulgações, na medida em que evoluam as definições regulatórias e as orientações de órgãos competentes.

Com base nas informações regulatórias disponíveis até 31 de dezembro de 2025, não foram identificados efeitos contábeis relevantes a serem reconhecidos nas demonstrações financeiras do exercício.

Na data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foi possível mensurar com confiabilidade os efeitos financeiros líquidos da Reforma Tributária para o próximo exercício, uma vez que parte relevante do arcabouço regulatório e operacional ainda se encontra em fase de detalhamento e implementação, podendo sofrer alterações.

A cooperativa continuará acompanhando a regulamentação infraconstitucional e os atos normativos futuros que definirão o tratamento específico aplicável às instituições financeiras e ao cooperativismo de crédito, avaliando eventuais impactos contábeis, operacionais e tributários à medida que forem estabelecidos requisitos definitivos.

A cooperativa seguirá acompanhando a evolução normativa e, quando aplicável, refletirá os impactos na mensuração, no reconhecimento e/ou na divulgação contábil de forma prospectiva, em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a regulamentação aplicável.

### Capítulo V - Hedge Accounting e Art. 22 da Resolução CMN nº 4.966/2021

Por fim, a Resolução CMN nº 4.966/2021 - Instrumentos Financeiros e normativos relacionados - Estabelece a designação e reconhecimento contábil de hedge e o ajuste ao valor presente de instrumentos financeiros reestruturados, sendo efetivas a partir de 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

## 2.3 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

Na data em que foi autorizada a emissão dessas demonstrações financeiras, a administração da Cooperativa avaliou e entendeu que não havia incertezas relevantes que pusessem em dúvida a sua capacidade de operação futura.

# Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### 3 Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir:

#### 3.1 Efeitos Tributários Cooperativas

Em decorrência da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, para as Cooperativas não há efeitos tributários a serem registrados dado que a Lei nº 14.467/2022 não é aplicável.

Os critérios contábeis estabelecidos pela resolução foram aplicados de forma prospectiva e os efeitos dos ajustes decorrentes foram reconhecidos em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados em 1º de janeiro de 2025, líquidos dos respectivos efeitos tributários.

#### 3.2 Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados, ou cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

#### 3.3 Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

#### 3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição. São utilizadas pelo Sicoob para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Nota 5.

#### 3.5 Instrumentos Financeiros

##### I. Classificação dos instrumentos financeiros

## Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Conforme requerido pela norma, foram aprovadas pelos órgãos de governança, as Políticas de Modelos de Negócios aplicáveis a todas as entidades sistêmicas para administração dos ativos financeiros. As Cooperativas administram e classificam os ativos financeiros em um dos três modelos/categorias descritas a seguir:

**Modelo de Negócio 1:** Manter os ativos para recebimento de fluxos de caixa contratuais;

**Custo Amortizado:** o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.

**Modelo de Negócio 2:** Gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do Ativo Financeiro.

**Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes:** o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

**Modelo de Negócio 3:** Outros modelos de negócios.

**Valor Justo no Resultado:** utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

A classificação em cada uma das categorias de mensuração depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (Somente Pagamento de Principal e Juros – Teste SPPJ).

Para determinar o modelo de negócios, a Cooperativa avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo i) recebimento de fluxos de caixa de principal e juros, ii) pela venda, ou por iii) ambos. Para isso, leva em consideração, entre outros, as seguintes evidências:

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio;
- como os gestores do negócio são remunerados;
- e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste SPPJ a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao Valor Justo por meio do Resultado.

## II. Mensuração dos instrumentos financeiros

A mensuração dos ativos e passivos financeiros dependem da categoria de mensuração onde foram classificados, a saber:

**Custo amortizado:** os ativos e passivos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconhecidos na rubrica “Receitas de juros”, enquanto as

## Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas na rubrica “Despesas de juros”, ao longo do prazo do respectivo contrato.

**Ao valor justo em outros resultados abrangentes:** os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente em rubrica específica do patrimônio líquido intitulada "Ajuste de avaliação patrimonial", até que o ativo financeiro seja baixado. Quando da realização de baixa do ativo, os ganhos ou perdas acumulados na rubrica específica do patrimônio líquido são transferidos para o resultado do período. Os juros de ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica “Receitas de juros”. Os juros desses ativos financeiros são calculados com base na aplicação do método da taxa efetiva de juros.

**Ao valor justo por meio do resultado e designados ao valor justo no reconhecimento inicial:** são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo desses ativos e passivos financeiros são apresentados na demonstração consolidada do resultado na rubrica "Resultado líquido de juros", no período em que ocorrem.

### III. Hierarquia de valor justo

Os instrumentos financeiros do Sicoob serão categorizados conforme hierarquia do valor justo, descritos a seguir:

**Instrumentos Financeiros – Nível 1:** O valor justo dos ativos financeiros é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

**Instrumentos Financeiros – Nível 2:** O valor justo dos ativos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo desse ativo puderem ser observadas no mercado, esse estará incluído no nível 2.

**Instrumentos Financeiros – Nível 3:** Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o ativo estará incluído no nível 3.

### IV. Reclassificação dos instrumentos financeiros

A Cooperativa reclassificou seus ativos e passivos financeiros no exercício apresentado. Estando demonstrados no quadro de reclassificação nota 4.

### V. Baixa dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa.

Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

## 3.6 Método de Taxa Efetiva de Juros

## Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos futuros em caixa ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou passivo financeiro.

A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui os custos de transação identificados como elegíveis, como por exemplo:

- Receita com tarifas e taxas atreladas a concessão das operações;
- Despesa com empresas especializadas (análise documental, cobrança, serviços de vistorias e avaliações);
- Despesa com comissões e portabilidade de operações.

Os custos da transação são custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro. Conforme requisitos determinados pela Resolução BCB 352/23, a Cooperativa optou em utilizar a “metodologia diferenciada linear” para operações de crédito e com características de crédito.

A Cooperativa, conforme estabelece a Resolução CMN n.º 4.966/2021, adotou de forma prospectiva a TJEO e passou a considerar os custos e receitas originados nas novas transações e que sejam qualificáveis para a aplicação da metodologia da taxa efetiva de juros para as novas operações, a partir de 1º de janeiro de 2025. Desta forma, estes custos e receitas foram incorporados aos saldos contábeis brutos das transações e reconhecidos no resultado.

### 3.7 Suspensão dos Juros (Stop Accrual)

De acordo com a Resolução CMN n.º 4.966/2021, a suspensão de juros de um contrato deve ocorrer quando o ativo for marcado com problemas de recuperação (caracterização do ativo problemático – Estágio 3), diferentemente do que estabelecia a Resolução CMN n.º 2.682/1999, cujo parâmetro para suspensão dos juros era apenas para as operações que apresentassem atrasos superiores a 59 (cinquenta e nove dias).

Dentre os critérios para marcação de ativo problemático, inclui-se operações com atraso superior a 90 (noventa) dias.

Conforme diretrizes constantes no Comunicado BCB n.º 42.403/2024, a Cooperativa adotou na carteira de crédito, o ajuste da posição de suspensão de juros (stop accrual) realizado nas operações em 31 de dezembro de 2024, mas que não atendam à condição de ativos problemáticos.

### 3.8 Provisão para Perdas

#### I. Visão Geral

A Cooperativa realiza a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pela Metodologia Completa, de acordo com os critérios da Resolução CMN n.º 4.966/21 e Resolução BCB n.º 352/23 para:

- Aplicações interfinanceiras de liquidez;
- Títulos e valores mobiliários (mensurados a custo amortizado e “VJORA”);
- Operações de créditos;
- Outros ativos financeiros; e

## Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

- Exposições “off-balance” (que gerem risco de crédito).

## II. Estágios

A Cooperativa aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

**Estágio 1:** refere-se aos instrumentos financeiros sem aumento significativo do risco de crédito em relação à data da originação do crédito. Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo de perda estimada é calculada para os próximos 12 meses apenas.

**Estágio 2:** refere-se aos instrumentos financeiros com aumento significativo do risco de crédito, mas que ainda não entraram em recuperação de crédito (sem default). Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo é estimada para todo o prazo contratual do instrumento financeiro (lifetime).

**Estágio 3:** refere-se a instrumentos financeiros em recuperação de crédito (em default). Para esses casos, para fins de reconhecimento de perdas é reconhecido o maior valor de perda entre:

- A PE calculada com base nos dados observados estatísticos da Cooperativa; ou
- O piso de Estágio 3 determinado pela Resolução BCB nº 352 de 2023 (anexo 1 da normativa – “Provisão para perdas incorridas aplicável aos ativos financeiros inadimplidos”).

As operações de crédito são classificadas como varejo quando contratadas com pessoas físicas ou jurídicas cuja exposição total em relação ao Patrimônio de Referência seja menor ou igual a 10%. As demais operações são classificadas como atacado. Os conceitos de varejo, atacado e grupo homogêneo seguem as definições aplicáveis às operações concentradas.

## III. Aumento significativo no risco de crédito

O conceito de risco de crédito da operação é baseado na probabilidade de default para sua vida toda. Originalmente quando a operação é concedida pela Cooperativa é registrada em estágio 1 e, posteriormente, a cada data base, a Cooperativa avalia se o ativo apresentou aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Em caso positivo, esta operação deve passar a ser considerada em estágio 2, ou ainda se o ativo, além de apresentar aumento significativo no risco de crédito, demonstrar evidência objetiva de recuperação de crédito, será alocado em estágio 3. Por fim, se a operação, além de apresentar a evidência de recuperação de crédito, tiver estimativas insignificantes de recuperação, esta deve ser baixada para prejuízo.

As definições de aumento significativo e evidência de ativo problemático, são baseadas não apenas em aspectos qualitativos e prospectivos (projeções de modelos de probabilidade de default), mas também no atraso efetivo do ativo financeiro.

Os ativos que devem ser considerados como estágio 2 são aqueles com aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, tendo como premissa refutável o atraso em 30 dias (limitado a 60 dias).

## Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Em estágio 3 devem ser todos os contratos que têm evidência de problema de recuperação de crédito. Essencialmente, a marcação de ativo problemático é dada quando um contrato atinge atraso de pagamento da dívida acima de 90 dias em atraso, marcação de reestruturação ou quando o cliente possui características que evidenciem dificuldade de pagamento como quando ele está em situação de recuperação judicial.

#### IV. Cálculo da perda esperada

O cálculo da perda esperada visa gerar a expectativa das perdas em crédito ao longo de um dado horizonte de tempo, e engloba a avaliação de três parâmetros:

- **Probabilidade de default – PD:** A PD é a probabilidade futura de um ativo entrar em inadimplemento em uma janela de tempo determinada;
- **Perda dada ao default – LGD:** A LGD é o percentual esperado de perda de um cliente dado o default. É um componente importante para a modelagem do risco de crédito da Cooperativa para que consiga através de modelos mensurar qual é a probabilidade esperada de perda dada a contratação/renovação de contratos e clientes, podendo estender análises específicas para os diferentes tipos de garantias, percentual de cobertura das garantias, entre outras informações do cliente.
- **Exposição ao default – EAD:** É a exposição na data da inadimplência.

Adicionalmente, a Resolução CMN nº 4.966 de 2021, determina que todos os modelos tenham inclusão de variáveis preditivas de fatores macroeconômicos para proporcionar uma visão do risco à exposição dos fatores exógenos, preparar e antecipar as instituições na avaliação de impactos em eventos extremos (cenários sob estresses). Em outras palavras, as variáveis forward looking funcionam como uma calibragem dos modelos sob efeitos macroeconômicos ou política de crédito.

#### 3.9 Ativos Financeiro com Problema de Recuperação de Crédito

O ativo financeiro é caracterizado como “Ativo Problemático” quando:

- Ocorrer atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos;
- Se houver algum indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais;
- Todas as operações enquadradas como reestruturadas;

É considerado reestruturação uma renegociação que implique a concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador.

Quando um instrumento financeiro é caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, as operações de uma mesma contraparte ou de contrapartes conectadas, são arrastados (na data-base do balancete relativo ao mês em que ocorreu a caracterização) para Estágio 3.

Poderá não ocorrer o efeito arrasto nas ocasiões em que a Instituição apresentar os seguintes critérios:

- Operações cujo gerenciamento do risco de crédito é realizado de forma massificada;
- Instrumento financeiro que, em virtude de sua natureza ou de sua finalidade, apresente risco de crédito significativamente inferior ao instrumento da mesma contraparte caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito.

## Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

A partir do momento da caracterização como ativo problemático, as receitas ainda não recebidas são suspensas, sendo apropriadas no resultado quando do seu efetivo recebimento.

Considera-se que o ativo financeiro deixará de ser classificado como problemático quando são observadas evidências de melhora na capacidade de pagamento da contraparte. Especificamente, considera-se que o ativo financeiro deixará de ser classificado como problemático após a realização de pagamentos consecutivos, sem atrasos, até que seja atingido um percentual mínimo do saldo devedor, conforme critérios internos definidos com base nas diretrizes da Resolução CMN nº 4.966/2021.

Essa reclassificação é condicionada à ausência de parcelas vencidas, ao cumprimento das obrigações contratuais e à evidência de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou renegociadas, sem dependência da execução de garantias ou colaterais.

Os ativos financeiros são baixados do balanço patrimonial quando não há expectativa razoável de recuperação de seu valor, total ou parcial. Essa baixa decorre do reconhecimento de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme previsto no artigo 49 da Resolução CMN nº 4.966/2021.

A avaliação da necessidade de baixa considera evidências objetivas de perda, incluindo, mas não se limitando a: inadimplência prolongada ou ausência de perspectivas de recuperação após esgotadas as medidas de cobrança e recuperação, inclusive aquelas envolvendo garantias e colaterais.

A instituição adota integralmente os critérios estabelecidos no § 4º do artigo 3º da Resolução CMN nº 4.966/2021 para a reclassificação de ativos financeiros anteriormente identificados como com problema de recuperação de crédito.

Para que um ativo deixe de ser enquadrado nessa condição, devem ser atendidos, de forma cumulativa, os seguintes requisitos:

- Inexistência de parcelas vencidas, inclusive encargos;
- Manutenção de pagamentos pontuais do principal e encargos por período suficiente para evidenciar melhora significativa na capacidade financeira da contraparte;
- Cumprimento das demais obrigações contratuais pelo mesmo período;
- Existência de evidências de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou renegociadas, sem a necessidade de execução de garantias ou colaterais.
- A aplicação desses critérios visa assegurar que a reclassificação reflita de forma fidedigna a real capacidade de recuperação do crédito pela instituição, em consonância com as melhores práticas.

#### **3.10 Relações interfinanceiras - Centralização financeira**

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela cooperativa central para aplicação financeira, conforme Resolução CMN nº 4.858/2020, Resolução BCB nº 92/2021 e Instrução Normativa nº 496/2024

#### **3.11 Ativos não financeiros mantidos para venda**

São os bens de propriedade da Cooperativa não utilizados no desempenho da atividade social, tais como veículos, imóveis e intangíveis, de acordo com os termos da Resolução CMN nº 4.747/2019, recebidos para liquidação parcial ou total de operações de crédito de difícil ou duvidosa solução.

## **Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

O método de mensuração e os procedimentos para ajuste anual do valor contábil são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/2021.

Para o reconhecimento dos ativos não financeiros mantidos para venda, considera-se a data de entrada desses ativos na Cooperativa. Assim, se o período em que os ativos não financeiros permanecem na Cooperativa ultrapassar um ano, eles são reclassificados para o grupamento contábil do ativo não circulante realizável a longo prazo.

#### **3.12 Imobilizado de Uso**

Está composto por equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros. Esses bens são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada.

Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

#### **3.13 Intangível**

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

#### **3.14 Ativos Contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

#### **3.15 Outros Ativos**

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

#### **3.16 Depósitos e recursos de aceite e emissão de títulos**

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata die".

#### **3.17 Outros Passivos**

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

#### **3.18 Obrigações por empréstimos e repasses**

## Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

#### 3.19 Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, e dos passivos contingentes são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/2009, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As Provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar essa obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para Demandas Judiciais são reconhecidas contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

As Obrigações Legais são aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

#### 3.20 Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 15% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder Legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas cooperativas do Sicoob.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado nas operações realizadas com associados não está sujeito à tributação, conforme o regime jurídico das sociedades Cooperativas.

### **3.21 Segregação em Circulante e Não Circulante**

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

### **3.22 Valor Recuperável de Ativos – Impairment**

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

### **3.23 Resultados Recorrentes e Não Recorrentes**

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

### **3.24 Eventos Subsequentes**

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025.

## **4 Reconciliação de Saldos Patrimoniais Comparativos em 1º de janeiro de 2025**

A Cooperativa optou pela isenção prevista pela Resolução CMN nº 4.966/21 de não rerepresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da norma foram reconhecidas no patrimônio líquido dentro de sobras ou perdas acumuladas a partir de 1º de janeiro de 2025.

- a) Reconciliação do patrimônio líquido na transição para Resolução CMN nº 4.966/21.

## Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<b>Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>1.705.388</b>
Reversão de perda esperada de crédito esperada para operações de crédito	6.122
Reversão de perda esperada de crédito esperada para demais ativos financeiros	21.270
Ajuste de suspensão de juros de operações de crédito	400
<b>Efeito no Patrimônio líquido conforme a Res. CMN 4.966/21 em 1 de janeiro de 2025</b>	<b><u>1.733.179</u></b>

b) Estão apresentados a seguir, os saldos de reconciliação com os impactos introduzidos pela Resolução CMN nº 4.966/21:

Nomenclatura em 31/12/2024	Ativo Financeiro	Saldo em 31/12/2024	Remensurações/Reclassificações (1)	Saldo em 01/01/2025	Nova classificação de acordo com a Resolução CMN 4.966/21
<b>Aplicação Interfinanceira de Liquidez</b>	Aplicação Interfinanceira de Liquidez	187.545		187.545	VJORA
<b>Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos</b>	Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	4.178.894	- 3.722.968	182.931	CA
	Provisão para perdas esperadas	- 60.098	32.307	- 27.791	CA
<b>Relações Interfinanceiras</b>	Relações Interfinanceiras e Interdependências	3.632.570	-	3.632.570	CA
<b>Operações de Crédito</b>	Operações de Crédito	5.126.604	-	5.126.604	CA
	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	- 401.405	-	- 401.405	CA
<b>Outros Créditos</b>	Créditos por Avais e Fianças Horados	14.139	-	14.139	CA
	Provisão para perdas esperadas	- 11.983	-	- 11.983	CA
	Provisão para perdas esperadas	- 247	247	-	CA
	Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	-	884	884	CA
	CPRF	-	3.722.968	3.722.968	CA
<b>Outros Ativos Financeiros</b>	Provisão para perdas esperadas	-	- 60.098	- 60.098	CA
	Outras Ativos Financeiros	47.828	- 1.131	46.697	CA
<b>Total Ativos Financeiros</b>		<b>12.713.848</b>	<b>- 27.791</b>	<b>12.686.057</b>	

Nomenclatura em 31/12/2024	Passivo Financeiro	Saldo em 31/12/2024	Remensurações/Reclassificações (1)	Saldo em 01/01/2025	Nova classificação de acordo com a Resolução CMN 4.966/21
<b>Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros</b>	Depósitos	6.648.290	14.070	6.662.360	CA
	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipot., Créd. e Similares	3.500.082	-	3.500.082	CA
	Relações Interfinanceiras	786.383	-	786.383	CA
	Relações de Interdependência	14.070	- 14.070	-	CA
<b>Demais Instrumentos Financeiros</b>	Perdas Esperadas - Garantias Financeiras Prestadas	20.059	-	20.059	CA
<b>Total Passivos Financeiros</b>		<b>10.968.884</b>	<b>-</b>	<b>10.968.884</b>	

(1) Referem-se às perdas de crédito esperadas e aos ajustes ao valor justo de ativos financeiros reclassificados entre as categorias de mensuração conforme os requerimentos da Resolução CMN nº 4.966/21.

## 5 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

## Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2025</u>
Disponibilidades	17.406
Relações interfinanceiras (i)	<u>5.135.891</u>
	<u>5.153.297</u>

i) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao Sicoob SP como determinado no art. 3º, da Resolução CMN nº 5.051/2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.131/2024, cujos rendimentos auferidos no exercício de 31 de dezembro de 2025 registrados em contrapartida à receita de “Ingressos de Depósitos Intercooperativos”, com remuneração média de 100 % do CDI (2024 – 100 % do CDI), foram respectivamente:

	<u>2025</u>	
	<u>2º semestre (6 meses)</u>	<u>Exercício (12 meses)</u>
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	<u>351.060</u>	<u>592.485</u>

## 6 Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Títulos e Valores Mobiliários e Relações Interfinanceiras

Os ativos financeiros são compostos pelos recursos provenientes aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros, sendo mensurados por categorias, conforme apresentados abaixo:

### 6.1 Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

Abaixo, composição dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:

	<u>Valor contábil bruto</u>	<u>Perda Esperada</u>	<u>Saldo Líquido</u>
Títulos Públicos Federais (a)	452		452
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (b)	<u>23.929</u>		<u>23.929</u>
<b>Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado</b>	<u><b>24.381</b></u>		<u><b>24.381</b></u>

a) Referem-se a LFT - Letra Financeira do Tesouro com remuneração média de 99,90 % do CDI.

b) Referem-se à aplicação em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no Banco Sicoob com remuneração média de 25,35 % do CDI.

### 6.2 Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes

Abaixo, composição dos ativos financeiros mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes:

## Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Valor contábil bruto</u>	<u>Perda Esperada</u>	<u>Saldo Líquido</u>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	260.859		260.859
<b>Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes</b>	<b><u>260.859</u></b>		<b><u>260.859</u></b>

Referem-se a aplicação em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no Banco Sicoob com remuneração média de 99,72 % do CDI.

Não houve ganhos ou perdas ou ajustes reconhecidos no resultado decorrente da baixa de ativos financeiros classificados na categoria valor justo em outros resultados abrangentes.

### 6.3 Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado

Abaixo, composição dos ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:

	<u>Valor contábil bruto</u>	<u>Perda Esperada</u>	<u>Saldo Líquido</u>
Participações de Cooperativas	349.560		349.560
<b>Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado</b>	<b><u>349.560</u></b>		<b><u>349.560</u></b>

Os ativos financeiros demonstrados na tabela acima, estão classificados a valor justo por meio do resultado em decorrência de falharem no teste de SPPJ.

Referem-se a saldos de participações de cooperativas em entidades avaliadas pelo custo de aquisição que compõe o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020 e na Instrução Normativa BCB nº 269 de 01/04/2022.

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC a apresentação das variações desses ativos foi mantida no fluxo das “Atividades de Investimento”, tendo em vista que a reclassificação realizada pelo Banco central do Brasil não alterou a essência dessas participações, que permanecem sendo ativos de longo prazo conforme item 16.a do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Sicoob Cocred efetuou aporte de capital no montante de R\$ 43.112 e R\$ 33.441, na Sicoob São Paulo e no BANCOOB, respectivamente.

Em 2025, foram recebidas sobras nos montantes de R\$ 24.735 e R\$ 27.926 pelo Sicoob São Paulo e BANCOOB, respectivamente. Adicionalmente, houve o recebimento de dividendos da Sicoob Seguradora no montante de R\$ 10.683. (Nota 30)

As participações de Cooperativas estão constituídas por:

## Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Valor contábil bruto</u>	<u>Perda Esperada</u>	<u>Saldo Líquido</u>
Cooperativa Central de Crédito - Sicoob SP	200.437		200.437
Banco Cooperativo Sicoob	148.982		148.982
Outras Participações	141		141
<b>Participações de Cooperativas</b>	<b><u>349.560</u></b>		<b><u>349.560</u></b>

Não houve ganhos ou perdas ou ajustes reconhecidos no resultado decorrente da baixa de ativos financeiros classificados na categoria valor justo.

#### 6.4 Composição dos Ativos Financeiros por Faixa de Vencimento

a) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:

	<u>Até 90</u>	<u>De 91 a 360</u>	<u>Acima de 360</u>	<u>Saldo em 31/12/2025</u>
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		79.441	205.347	284.788
<b>Total</b>		<b><u>79.441</u></b>	<b><u>205.347</u></b>	<b><u>284.788</u></b>

b) Títulos e Valores Mobiliários:

	<u>Até 90</u>	<u>De 91 a 360</u>	<u>Acima de 360</u>	<u>Saldo em 31/12/2025</u>
Títulos Públicos Federais			452	452
Participação de Cooperativas			349.560	349.560
<b>Total</b>			<b><u>350.012</u></b>	<b><u>350.012</u></b>

#### 6.5 Resumo da Carteira Consolidada por Categoria de Mensuração

	<u>Valor contábil bruto</u>	<u>Perda Esperada</u>	<u>Saldo Líquido</u>
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado (Nota 6.1)	24.381		24.381
Ativos Financeiros Mensurados ao VJORA (Nota 6.2)	260.859		260.859
Ativos Financeiros Mensurados ao VJR (Nota 6.3)	349.560		349.560
<b>Total</b>	<b><u>634.800</u></b>		<b><u>634.800</u></b>

A Cooperativa classifica as mensurações a valor justo utilizando a hierarquia estabelecida na Nota 3.5, que reflete os modelos e inputs utilizados no processo de mensuração.

As aplicações interfinanceiras de liquidez estão classificadas no Nível 2 da hierarquia, pois utilizam dados observáveis no mercado.

Os títulos e valores mobiliários referentes às participações em cooperativas de crédito estão classificados no Nível 3 do valor justo, uma vez que sua mensuração é baseada em informações não observáveis no mercado, tais como o valor patrimonial das entidades investidas.

**Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**6.6 Relações e Repasses Interfinanceiras**

	<b>2025</b>
Centralização Financeira (Nota 5)	5.135.891
Depósitos de Poupança Rural	3.817
	<b>5.139.709</b>

**6.7 Resultado de Operações com Ativos Financeiros**

a) Resultado das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:

	<b>2025</b>	
	<b>2º semestre (6 meses)</b>	<b>Exercício (12 meses)</b>
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (21.3)	9.247	17.644
	<b>9.247</b>	<b>17.644</b>

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários:

	<b>2025</b>	
	<b>2º semestre (6 meses)</b>	<b>Exercício (12 meses)</b>
Rendas de Títulos de Renda Fixa (Nota 21.2)	1.655	10.766
	<b>1.655</b>	<b>10.766</b>

**6.8 Classificação por Estágio**

Abaixo a classificação das Aplicações Interfinanceira de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários em estágios, conforme descrito nas principais políticas contábeis Nota 3.8:

	<b>2025</b>		
	<b>Estágio 1</b>	<b>Estágio 2</b>	<b>Estágio 3</b>
Aplicações Interfinanceira de Liquidez	284.788		
Títulos Públicos Federais	452		
Participações de Cooperativas	349.560		
<b>Total</b>	<b>634.800</b>		

**7 Operações de Crédito e Outras Operações com Características de Concessão de Crédito**

Abaixo, a composição da carteira de crédito mensurados ao custo amortizado:

**Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<b>Valor contábil bruto</b>	<b>Perda Esperada</b>	<b>Saldo Líquido</b>
<b>Operações de Crédito - Custo Amortizado</b>			
Empréstimos	2.791.529	(424.023)	2.367.506
Direitos Creditórios Descontados	146.742	(5.432)	141.310
Adiantamento a Depositantes	6.531	(4.736)	1.795
Cheque Especial	268.253	(46.072)	222.182
Financiamentos	295.531	(20.839)	274.692
Financiamentos Rurais (Nota 7.1)	1.711.220	(10.056)	1.701.164
<b>Total - Operações de Crédito</b>	<b>5.219.805</b>	<b>(511.158)</b>	<b>4.708.647</b>
<b>Outras Operações com Características de Concessão de Crédito - Custo Amortizados</b>			
Créditos por Avais e Fianças Honrados	23.699	(17.482)	6.217
CPRF	3.627.881	(107.867)	3.520.014
Ativos não Financeiros - Concessão de Crédito	15.406	(128)	15.278
<b>Total - Outras Operações com Características de Concessão de Crédito</b>	<b>3.666.985</b>	<b>(125.477)</b>	<b>3.541.508</b>
<b>Total</b>	<b>8.886.791</b>	<b>(636.635)</b>	<b>8.250.156</b>
Ativo circulante	3.905.734	(304.333)	3.601.401
Ativo não circulante	4.981.056	(332.301)	4.648.755

A cooperativa não possui na carteira de crédito contratos mensurados ao Valor Justo no Resultado e Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes.

**7.1 Abertura dos Financiamentos Rurais**

Abaixo está demonstrado a abertura dos financiamentos rurais, incluindo o direcionamento de recursos para aplicação no crédito rural:

	<b>Total saldo contábil bruto</b>
Financiamentos com Recursos Próprios	52.013
Financiamentos com Recursos Direcionados à Vista	56.560
Financiamentos com Recursos Direcionados da Poupança Rural	369.447
Financiamentos com Recursos Direcionados de LCA	1.170.386
Financiamentos com Recursos de Fonte Pública	62.812
<b>Total</b>	<b>1.711.220</b>

Abaixo apresentamos o demonstrativo de exigibilidade LCA:

**Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<b>Passivo</b>	<b>Saldo Médio</b>
Saldo Médio Aplicações em LCA (Cooperados)	4.020.592
Redutor de Cálculo Sobre o PR	(43.496)
Total da Média do Mês	3.977.096
<b>(60%) Direcionamento para Operações de Crédito Rural</b>	<b>2.386.258</b>

<b>Ativo</b>	<b>Saldo Médio</b>
Crédito Rural / Repasse LCA	1.090.755
Crédito Rural - CPRF (Limitado a 55% do direcionamento)	1.312.442
Crédito Rural Repasse (Origem Poupança)	176.656
<b>Total de Cumprimento - MCR 6-7</b>	<b>2.579.852</b>

<b>Resumo</b>	<b>Saldo Médio</b>
Direcionamento para Operação de Crédito Rural	(2.386.258)
Saldo Médio (Operações Elegíveis)	2.579.852
<b>Cumprimento Exigibilidade</b>	<b>193.595</b>

Os custos diretos relacionados ao cumprimento da exigibilidade de aplicação em crédito rural vinculada à LCA referem-se, substancialmente, ao custo de captação das LCAs emitidas.

Não há custos adicionais relevantes ou específicos decorrentes exclusivamente da observância da exigibilidade, considerando que a cooperativa já possui volume de carteira rural suficiente para atendimento dos percentuais mínimos estabelecidos no MCR 6-7 e na Resolução CMN nº 5.216/2025.

Os custos indiretos estão relacionados às rotinas operacionais, controles internos, acompanhamento regulatório e reportes ao Banco Central do Brasil, não havendo impacto financeiro adicional significativo.

No período em referência, não houve descumprimento da exigibilidade de aplicação em crédito rural vinculada à LCA, não sendo registrados custos, penalidades ou recolhimentos adicionais.

Abaixo apresentamos o demonstrativo de exigibilidade do depósito à vista:

<b>Base de Cálculo Safra 25/26</b>	<b>Saldo Médio</b>
Saldo Médio Diário - Depósito à Vista	939.442
(-) Redutor de Cálculo	(9.428)
Total Média	930.013
Exigibilidade (6%)	55.801

## Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Direcionamento	Saldo Médio Real 31/12/25	Saldo Médio Projetado 30/06/26	A Cumprir
PRONAMP (50%)	6.114	19.229	17.836
PRONAF (35%)	16.004	19.530	
DEMAIS (15%)	3.959	8.370	

Os custos diretos se devem que, diante da indisponibilidade de operações elegíveis em volume suficiente em atender integralmente ao direcionamento dos recursos para operações de crédito elegíveis de Pronaf (35%), conforme Resolução CMN nº 5216/2025, a cooperativa realizou aplicação financeira CDI exigibilidades junto ao Banco Sicoob, para fins de cumprimento da exigibilidade. A referida aplicação apresentou taxa de remuneração inferior às praticadas em operações de mercado, gerando custo de oportunidade.

Os custos indiretos estão relacionados às rotinas operacionais, controles internos, acompanhamento regulatório e reportes ao Banco Sicoob, não havendo impacto financeiro adicional significativo.

No período em referência, não houve descumprimento da exigibilidade de aplicação em crédito rural vinculada ao depósito à vista, não sendo registrados custos, penalidades ou recolhimentos adicionais.

#### 7.2 Composição da Carteira de Crédito por Tipo de Produto, Cliente e Atividade Econômica da Carteira de crédito

	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	Saldo em 31/12/2025	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	560.147	32.539	321.109	913.794	17,51%
Setor Privado - Indústria	316.506	15.159	341.665	673.330	12,90%
Setor Privado - Serviços	1.309.479	161.824	229.838	1.701.141	32,59%
Pessoa Física	963.271	73.997	693.016	1.730.284	33,15%
Outros	63.814	12.013	125.591	201.418	3,86%
<b>Total</b>	<b>3.213.217</b>	<b>295.531</b>	<b>1.711.220</b>	<b>5.219.967</b>	<b>100%</b>

#### 7.3 Operações Renegociadas

As operações renegociadas estão assim compostas:

	<b>Saldo em 31/12/2025</b>
Operações Renegociadas	1.472.836

Os instrumentos financeiros com problema de recuperação de crédito estão classificados conforme a nota 7.5, e sua respectiva provisão na nota 8.

#### 7.4 Resultado de Operações de Crédito

**Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<b>2025</b>	
	<b>2º semestre (6 meses)</b>	<b>Exercício (12 meses)</b>
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	2.203	3.985
Rendas de Empréstimos	287.962	538.948
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	16.006	32.347
Rendas de Financiamentos	31.947	63.930
Rendas de Rurais - Recursos Livres	4.432	7.773
Rendas de Rurais - Recursos Direcionados à Vista	2.509	8.107
Rendas de Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	27.529	30.338
Rendas de Rurais - Recursos Direcionados de LCA	88.098	181.071
Rendas de Rurais - Recursos de Fontes Públicas	3.285	6.778
Rendas de Créditos Por Avais e Fianças Honrados	384	669
Recuperação de Créditos Baixados Como Prejuízo	68.763	92.094
Rendas de Títulos com Características de Concessão de Crédito	314.262	599.808
Rendas de Crédito por Venda a Prazo de Ativos não Financeiros	1.243	2.341
(-) Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(6.041)	(12.091)
	<b>842.582</b>	<b>1.556.098</b>

**7.5 Classificação por Estágios**

As operações de crédito, Outras Operações com Características de Concessão de Crédito e Garantias Prestadas estão compostas nos estágios abaixo:

	<b>Estágio 1</b>	<b>Estágio 2</b>	<b>Estágio 3</b>	<b>Total</b>
Adiantamentos a Depositantes		831	5.701	6.531
Direitos Creditórios Descontados	135.645	3.750	7.347	146.742
Empréstimos	2.283.383	105.858	670.542	3.059.782
Financiamentos	264.856	7.320	23.355	295.531
Financiamentos Rurais	1.697.408	3.559	10.253	1.711.220
Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito (a)	15.283		23.822	39.105
Títulos com Característica de Concessão de Crédito (CPR-F) (b)	3.428.108	42.737	157.036	3.627.881
<b>Total Operações de Crédito e outros créditos</b>	<b>7.824.682</b>	<b>164.054</b>	<b>898.055</b>	<b>8.886.791</b>
Garantias Financeiras Prestadas (c)	449.586	11.750	15.811	477.148
<b>Total</b>	<b>8.274.268</b>	<b>175.804</b>	<b>913.866</b>	<b>9.363.938</b>

- a) Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito são compostos por Créditos por avais e fianças e Créditos por venda a prazo de ativos não financeiros.
- b) Títulos com Característica de Concessão de Crédito são compostos por CPRF (cédula de produto rural financeiro).
- c) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa que são registrados em contas de compensação e provisão é registrada no passivo (Nota 18.4)

## Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A cooperativa conta com 15 grupos homogêneos de risco, distribuídos em 5 carteiras. Cada carteira abrange operações classificadas nos três estágios de risco previstos na regulamentação. A classificação por vencimento está apresentada na nota 7.6 a.

#### 7.6 Concentração das Operações por Modalidade, Maiores Devedores e Faixas de Vencimento

a) Composição das operações por faixa de vencimento:

	A vencer até 90 dias	A vencer até 91 a 360 dias	A vencer acima 360 dias	Vencido a partir de 15 dias	Total
Adiantamentos a Depositantes	456			6.075	6.531
Direitos Creditórios Descontados	117.500	20.643		8.598	146.742
Empréstimos	491.532	736.013	1.713.508	118.729	3.059.782
Financiamentos	32.772	82.957	174.832	4.970	295.531
Financiamentos Rurais	244.660	659.273	801.231	6.056	1.711.220
Garantias Financeiras Prestadas	40.792	248.827	183.299	4.230	477.148
Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito	1.033	701	14.582	22.789	39.105
Títulos com Característica de Concessão de Crédito (CPR-F)	369.720	899.488	2.288.796	69.877	3.627.881
<b>Total Operações de Crédito e outros créditos por faixa de Vencimento</b>	<b>1.298.465</b>	<b>2.647.903</b>	<b>5.176.246</b>	<b>241.324</b>	<b>9.363.938</b>

b) Composição dos Maiores Devedores:

	Saldo em 31/12/2025	% da Carteira
Maior Devedor	171.396	1,84%
10 Maiores Devedores	1.258.993	13,49%
50 Maiores Devedores	3.345.784	35,83%

Compõe o saldo da concentração de devedores as operações de crédito e as operações de outros créditos. Não estão contemplados no saldo os valores de encargos financeiros gerados pela utilização de limites de cheque especial.

#### 7.7 Movimentação em Estágios das Operação da Carteira Bruta Concentração das Operações por Modalidade, Maiores Devedores e Faixas de Vencimento

## Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Estágio 1</u>	<u>Estágio 2</u>	<u>Estágio 3</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial	8.509.826	349.032	465.720	9.324.578
( - ) Transferido para Estágio 1	(5.028.296)	(27.896)	(2.713)	(5.058.905)
( - ) Transferido para Estágio 2	(89.439)	(12.956)	(30.696)	(133.091)
( - ) Transferido para Estágio 3	(184.473)	(133.952)	(154.126)	(472.550)
( + ) Transferido do Estágio 1	5.028.296	89.439	184.473	5.302.207
( + ) Transferido do Estágio 2	27.896	12.956	133.952	174.805
( + ) Transferido do Estágio 3	2.713	30.696	154.126	187.535
( + ) Aquisição	3.215.363	42.713	441.315	3.699.391
( + ) Apropriação de Juros	318.646	9.964	4.690	333.300
( - ) Liquidação	(2.150.353)	(147.845)	(170.427)	(2.468.624)
( - ) Liquidação Parcial	(1.375.881)	(25.642)	(22.176)	(1.423.699)
( - ) Baixa para prejuízo	(31)	(10.704)	(90.274)	(101.008)
Saldo Final	8.274.268	175.804	913.866	9.363.938

Os saldos incluem garantias financeiras prestadas.

#### 7.8 Consolidação dos Estágios das Operações Carteira Bruta

Saldo Inicial	9.324.578
( + ) Aquisição	3.699.391
( + ) Apropriação de Juros	333.300
( - ) Liquidação	2.468.624
( - ) Liquidação Parcial	1.423.699
( - ) Baixa para prejuízo	101.008
Saldo Final	<u>9.363.938</u>

Os saldos incluem garantias financeiras prestadas.

a) Na Tabela abaixo estão apresentadas as operações de crédito alocadas no terceiro estágio com 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias de atraso.

	<u>Estágio 1</u>	<u>Estágio 2</u>	<u>Estágio 3</u>	<u>Total</u>
Valor Vencido Entre 31 e 60 Dias			23.871	23.871

#### 8 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Abaixo a composição dos estágios das Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito e para Garantias Financeiras Prestadas:

**Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<b>Estágio 1</b>	<b>Estágio 2</b>	<b>Estágio 3</b>	<b>Total</b>
Adiantamentos a Depositantes		203	4.534	4.736
Direitos Criditórios Descontados	587	55	4.789	5.432
Empréstimos	48.938	13.284	407.873	470.095
Financiamentos	4.908	1.047	14.883	20.839
Financiamentos Rurais	3.774	190	6.104	10.069
Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito (a)	43		17.567	17.610
Títulos com Característica de Concessão de Crédito (CPR-F) (b)	6.502	2.663	98.702	107.867
<b>Total Provisão Operações de Crédito e outros créditos</b>	<b>64.753</b>	<b>17.442</b>	<b>554.452</b>	<b>636.648</b>
Garantias Financeiras Prestadas (Nota 18.4)	2.376	947	10.602	13.925
<b>Total</b>	<b>67.129</b>	<b>18.390</b>	<b>565.054</b>	<b>650.573</b>

a) Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito são compostos por Créditos por avais e fianças e Créditos por venda a prazo de ativos não financeiros.

b) Títulos com Característica de Concessão de Crédito são compostos por CPRF (cédula de produto rural financeiro).

**8.1 Movimentação em Estágios das Provisões**

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito tiveram as seguintes movimentações em 31 de dezembro de 2025:

	<b>Estágio 1</b>	<b>Estágio 2</b>	<b>Estágio 3</b>	<b>Total</b>
Provisão Inicial	94.162	50.113	322.100	466.375
( - ) Transferido para Estágio 1	(56.310)	(6.931)	(2.344)	(65.586)
( - ) Transferido para Estágio 2	(2.599)	(2.616)	(18.131)	(23.347)
( - ) Transferido para Estágio 3	(8.341)	(20.604)	(221.566)	(250.511)
( + ) Transferido do Estágio 1	56.310	2.599	8.341	67.251
( + ) Transferido do Estágio 2	6.931	2.616	20.604	30.152
( + ) Transferido do Estágio 3	2.344	18.131	221.566	242.040
( + ) Constituição Novas Operações	28.062	5.632	244.331	278.025
( + ) Constituição Aumento de Provisão	11.534	7.244	198.104	216.882
( - ) Reversão Total	(26.908)	(17.867)	(3.612)	(48.387)
( - ) Reversão Parcial	(38.053)	(17.833)	(127.891)	(183.777)
( - ) Baixa para prejuízo (Provisão)	(3)	(2.095)	(76.448)	(78.545)
Provisão Final	67.129	18.390	565.054	650.573

Os saldos incluem garantias financeiras prestadas.

**8.2 Consolidação dos Estágios das Provisões**

## Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Provisão Inicial	466.375
( + ) Constituição Novas Operações	278.025
( + ) Constituição Aumento de Provisão	216.882
( - ) Reversão Total	48.387
( - ) Reversão Parcial	183.777
( - ) Baixa para prejuízo (Provisão)	78.545
Provisão Final	<u>650.573</u>

#### 8.2 Despesa com Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

	2025	
	2º semestre (6 meses)	Exercício (12 meses)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	203.477	367.595
Reversões de Provisões para Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	51.202	67.400
Reversões de Provisões para Compromissos e Créditos a Liberar	10	32
Provisões para Operações de Crédito	(321.709)	(615.351)
Provisões para Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	(78.726)	(158.822)
Provisões para Compromissos e Créditos a Liberar	(9.291)	(9.298)
	<u>(155.036)</u>	<u>(348.444)</u>

#### 9 Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro 2025, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estão assim compostos:

	Circulante	Não Circulante	Total
Rendas a Receber (Nota 9.1)	6.388		6.388
Devedores por Depósitos em Garantia (Nota 9.2)		22.717	22.717
Títulos e Créditos a Receber (Nota 9.3)	485		485
<b>Total</b>	<u>6.873</u>	<u>22.717</u>	<u>29.591</u>

#### 9.1 Rendas a Receber estão registrados

	Circulante	Não Circulante	Total
Rendas de Convênio	188		188
Rendas de Cartões	4.493		4.493
Rendas de Domicílio Bancário	1.466		1.466
Rendas de Poupança	142		142
Rendas de Transações Interfinanceiras	96		96
Outras Rendas a Receber	4		4
<b>Total</b>	<u>6.388</u>		<u>6.388</u>

#### 9.2 Devedores por Depósito em Garantia

## Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para:

	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Total</u>
Interposição de Recursos Fiscais		22.541	22.541
Interposição de Recursos Trabalhistas		169	169
Outros Devedores por Depósito em Garantia		7	7
<b>Total</b>		<b>22.717</b>	<b>22.717</b>

### 9.3 Títulos e Créditos a Receber

	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Total</u>
Valores a receber – Tarifas	52		52
Valores a receber - Aluguel SIPAG 2.0	433		433
<b>Total</b>	<b>485</b>		<b>485</b>

### 10 Ativos fiscais, correntes e diferidos

Em 31 de dezembro de 2025 os ativos fiscais, correntes e diferidos estão assim compostos:

	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Total</u>
IRPJ não compensado no próprio exercício	2.857		2.857
IRRF sobre comissões- a compensar	340		340
PIS - a compensar	128		128
IR retidos - a compensar	1.888		1.888
Outros Impostos e Contribuições a Compensar	621		621
<b>Total</b>	<b>5.834</b>		<b>5.834</b>

### 11 Outros ativos

	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Total</u>
Adiantamentos e Antecipações Salariais	13		13
Adiantamentos para Pagamentos de nossa Conta	1.961		1.961
Devedores Diversos - País (Nota 11.1)	2.402		2.402
Ativos em Estoque	150		150
Ativos não Financ Mantidos para Venda - Recebidos (Nota 11.2)	58.342	2.267	60.609
(-) Prov Desv Ativos não Finc Mantidos para Venda - Rec.	(16.534)	(323)	(16.857)
Despesas Antecipadas (Nota 11.3)	214		214
<b>Total</b>	<b>46.548</b>	<b>1.944</b>	<b>48.492</b>

### 11.1 Devedores Diversos

## Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Total</u>
Pendências a Regularizar	1.619		1.619
Diferença de Caixa	5		5
Pendências Avais			-
Outros Devedores Diversos	779		779
<b>Total</b>	<b><u>2.402</u></b>		<b><u>2.402</u></b>

#### 11.2 Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda

Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos para pagamento de operações com associados, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

Refere-se às provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens registrados em "Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos".

#### 11.3 Despesa Antecipadas

Em Despesa Antecipadas estão registrados:

	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Total</u>
Prêmio de Seguros	214		214
<b>Total</b>	<b><u>214</u></b>		<b><u>214</u></b>

#### 12 Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado. Em 31 de dezembro 2025, o imobilizado de uso estava assim composto:

	<u>2025</u>			<u>%</u>
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Taxas anuais de depreciação</u>
Imobilização em curso (a)	2.855		2.855	
Terrenos	8.252		8.252	
Móveis, utensílios e equipamentos	21.580	(9.003)	12.576	10
Sistemas de comunicação	579	(257)	322	10
Processamento de dados	27.111	(20.163)	6.948	20
Veículos	1.046	(817)	229	20
Sistemas de vigilância	4.398	(3.363)	1.035	20
Instalações	65.811	(36.432)	29.380	20
Edificações	41.576	(6.681)	34.895	4
	<u>173.207</u>	<u>(76.716)</u>	<u>96.491</u>	

## Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

#### 13 Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Em 31 de dezembro de 2025, o intangível estava assim composto:

	<b>2025</b>		
	<b>Custo</b>	<b>Amortização acumulada</b>	<b>Líquido</b>
Softwares e Licenças	39.541	(28.629)	10.913
Marcas e Patentes	25		25
	<u>39.567</u>	<u>(28.629)</u>	<u>10.938</u>

#### 14 Instrumentos Financeiros

##### 14.1 Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

##### 14.2 Depósitos

Em 31 de dezembro de 2025, os depósitos estavam assim compostos:

	<b>2025</b>
Depósitos à vista (a)	980.762
Depósitos de Poupança	3.817
Depósitos à prazo (b)	6.149.281
Outros depósitos	8.337
	<u>7.142.197</u>
Passivo circulante	<u>2.098.937</u>
Passivo Não Circulante	<u>5.043.260</u>

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis"; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos à vista não são remunerados e os depósitos a prazo são remunerados por encargos financeiros calculados com base em um percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários.

## Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consideram os vencimentos estabelecidos nas respectivas aplicações, existindo a possibilidade de saque imediato, de forma antecipada ao seu vencimento.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/21. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em “Dispêndios com operações de captação de mercado”.

#### 14.3 Concentração dos principais depositantes

Descrição	2025	
	Valor	% Carteira
Maior Depositante	251.449	2%
10 Maiores Depositantes	1.503.093	13%
50 Maiores Depositantes	3.358.351	30%

Compõe o saldo da concentração de depositantes os valores captados através de Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos. Os depósitos a prazo são considerados líquidos de impostos.

#### 14.4 Despesas com operações de captação de mercado

Descrição	2025	
	2º semestre	Exercício
Despesas de Depósitos Poupança	(27)	(27)
Despesas de Depósitos a Prazo (Nota 12)	(466.744)	(845.661)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio - LCA (Nota 15)	(305.284)	(543.520)
Despesas de Letras de Crédito do Imobiliário - LCI (Nota 15)		(495)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(8.303)	(16.025)
	<u>(780.359)</u>	<u>(1.405.727)</u>

#### 15 Outros Instrumentos de Dívida

Os outros instrumentos de dívida são compostos pelos recursos provenientes de emissões de letras e pelos instrumentos de dívida com cláusulas de subordinação, sendo mensurados ao custo amortizado, conforme apresentados abaixo:

##### 15.1 Recursos por Emissões de Letras

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04)

Em 31 de dezembro de 2025, estavam assim compostas:

## Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<b>Modalidade</b>	<b>2025</b>
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	4.383.702
	<u>4.383.702</u>
Passivo circulante	<u>1.931.828</u>
Passivo Não Circulante	<u><u>2.451.874</u></u>

Conforme Lei nº 11.076, esses títulos são isentos de imposto de renda para as pessoas físicas e também são garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop).

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários.

#### 16 Repasses Interfinanceiros

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos cooperados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos cooperados beneficiados. (Nota 22)

Em 31 de dezembro de 2025, estavam assim compostos:

<b>Modalidade</b>	<b>Encargos financeiros (Taxa Anual)</b>	<b>2025 Repasses Interfinanceiros</b>
Custeio Agrícola	0,82% à 2,99%	162.794
	6,00% à 6,99%	7.618
	7,00% à 7,99%	16.202
	8,00% à 8,99%	44.053
	9,00% à 9,99%	557
	10,00% à 12,80%	95.915
	12,81% à 16,06%	285.716
	16,07% à 16,99%	<u>1.351</u>
Total		<u>614.207</u>
Passivo circulante		<u>282.116</u>
Passivo não circulante		<u><u>332.091</u></u>

As despesas com empréstimos e repasses, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025, registrados em contrapartida à "Dispêndios de Obrigações por Empréstimos e Repasses" (Nota 22), foram, respectivamente:

## Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2º semestre</u>	<u>2025</u> Exercício
Dispêndios de Obrigações por Empréstimos e Repasses (Nota 20)	(46.765)	(88.806)

Os montantes de longo prazo possuem a seguinte composição por ano de vencimento:

	<u>2025</u>
2027	264.540
2028	28.791
2029	12.189
2030	16.662
2031	9.909
	<u><u>332.091</u></u>

## 17 Outros passivos financeiros

### 17.1 Outros Passivos

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Em 31 de dezembro de 2025, estavam assim compostos:

	<u>2025</u>
Obrigações por Empréstimos e Repasses (Nota 17.2)	9.582
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (Nota 17.3)	998
Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas (Nota 17.4)	26.927
Outras Obrigações (Nota 17.5)	123.565
	<u>161.072</u>
Passivo circulante	<u>151.716</u>
Passivo não circulante	<u><u>9.356</u></u>

### 17.2 Obrigações por Empréstimos e Repasses

	<u>2025</u>
Empréstimos no País - Instituições Oficiais	9.582
	<u>9.582</u>
Passivo circulante	<u>226</u>
Passivo não circulante	<u><u>9.356</u></u>

### 17.3 Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

**Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2025</u>
Operações de Crédito - IOF	846
Municipais	51
Outras Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	<u>101</u>
	998
Passivo circulante	<u>998</u>
Passivo não circulante	<u><u>          </u></u>

**17.4 Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas**

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estão assim compostos:

	<u>2025</u>
Provisão para Impostos e Contribuições s/Lucros	3.258
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	798
Impostos e Contribuições sobre Salários	3.619
IRRF sobre Juros Capital	12.144
Outros Impostos	<u>7.108</u>
	26.927
Passivo circulante	<u>26.927</u>
Passivo não circulante	<u><u>          </u></u>

**17.5 Outras Obrigações**

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos de outras obrigações estão assim compostos:

	<u>2025</u>
Sociais e Estatutárias (Nota 17.6)	110.367
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros	5.149
Credores Diversos - País (Nota 17.7)	4.821
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	3.214
Recursos em Trânsito de Terceiros	<u>14</u>
	123.565
Passivo circulante	<u>123.565</u>
Passivo não circulante	<u><u>          </u></u>

**17.6 Passivos Sociais e Estatutárias**

A seguir, a composição dos saldos de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

**Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2025</u>
Provisão para Participações nos Resultados (a)	19.917
Cotas de Capital a Pagar (b)	46.294
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (c)	<u>44.157</u>
	110.367
Passivo circulante	<u>68.346</u>
Passivo não circulante	<u>42.021</u>

a) A Participação dos empregados nos Resultados está consubstanciada pela Lei 10.101/2000 e por convenção coletiva. A Cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados em resultado e essa, modalidade de remuneração variável não se incorpora aos salários dos empregados e está atrelada à performance da Cooperativa. A legislação determina que o pagamento seja efetuado de acordo com regras previamente estabelecidas por meio de Acordo Coletivo de Trabalho homologado junto ao sindicato da categoria e devidamente registrado no Ministério do Trabalho;

b) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

c) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos Associados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, ao final do exercício, há a reversão dos dispêndios de FATES para a conta de Sobras ou Perdas Acumuladas, conforme a Lei nº 5.764/1971.

**17.7 Credores Diversos**

Os saldos em Credores Diversos - País referem-se:

	<u>2025</u>
Pendências a Regularizar Banco Sicoob	256
Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação	293
Credores Diversos-Liquidação Cobrança	109
Diferença de Caixa	31
Créditos de Terceiros	2.414
Valor a Pagar de Honras pelos Fundos Garantidores	909
Pendências a Regularizar	647
Outros Credores Diversos - País	<u>162</u>
	4.821
Passivo circulante	<u>4.821</u>
Passivo não circulante	<u>42.021</u>

## Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 18 Provisões

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos de provisões estão assim compostos:

	<u>2025</u>
Provisão para Contingências (Nota 18.1)	30.223
Provisão para Pagamento a Efetuar (Nota 18.3)	16.450
Provisões e outras Obrigações com Instrumentos Financeiros (Nota 18.4)	<u>23.216</u>
	39.666
Passivo circulante	<u>69.889</u>
Passivo não circulante	<u><u>                    </u></u>

#### 18.1 Provisão para Contingências

	<u>2025</u>
PIS	2.457
COFINS	13.784
Trabalhistas	330
Cíveis	6.039
Outras Contingências	<u>7.614</u>
	30.223
Passivo circulante	<u>                    </u>
Passivo não circulante	<u><u>30.223</u></u>

#### 18.2 Movimentação das Provisões para Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

A Sicoob Cocred possui processos em andamento classificados como de possível perda que totalizam em 2025 o montante de R\$ 164.183 de processos cíveis, R\$ 1.119 de processos ambientais, R\$ 3 em processos tributários e não possui processos trabalhistas.

As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos e internos.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

#### 18.3 Provisão para Pagamentos a Efetuar

Em Provisão para Pagamentos a Efetuar estão registrados:

## Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2025</u>
Despesas de Pessoal	10.391
Custos de Transações Interfinanceiras	163
Seguro Prestamista	884
Despesas com Cartões	1.991
Valores a Pagar - Domicílio Bancário	1.066
Seguro	2
Compensação	197
Aluguéis	819
Outras Provisão para Pagamentos a Efetuar	<u>938</u>
	16.450
Passivo circulante	<u>16.450</u>
Passivo não circulante	<u><u>          </u></u>

#### 18.4 Provisões e Outras Obrigações com Instrumentos Financeiros

Em provisões e outras obrigações com instrumentos financeiros estão registrados:

	<u>2025</u>
Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar	9.291
Garantias Financeiras Prestadas (a)	<u>13.925</u>
	23.216
Passivo circulante	<u>23.216</u>
Passivo não circulante	<u><u>          </u></u>

a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme determina a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos Associados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021. A Cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

	<u>2025</u>
Coobrigações Prestadas	477.148

#### 19 Patrimônio líquido

##### 19.1 Capital social

O capital é representado por quotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

	<u>2025</u>
Capital Social	<u>1.149.890</u>

## Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A subscrição de capital ocorre quando o Cooperado ingressa na cooperativa, no ato de admissão, ou também pode ocorrer de forma voluntária. O capital integralizado pelos associados poderá ser remunerado até o valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic). A forma da remuneração do capital social dar-se-á por meio de integralização em cotas-partes no capital social ou através de crédito em conta corrente de cada associado, a critério do Conselho de Administração. Nos casos de desligamento, o associado terá direito à devolução de suas quotas-partes integralizadas, conforme condições definidas no estatuto social da Cooperativa.

#### 19.2 Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e com a Lei nº 5.764/71, quando do encerramento do exercício social, em 31 de dezembro de cada ano, a sobra líquida apurada terá a seguinte destinação:

- 35% para a Reserva legal, cuja finalidade é reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para o Fundo de assistência técnica, educacional e social - FATES destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos associados, seus familiares e empregados do Sicoob Cocred;
- Juros sobre o capital integralizado de até o limite do índice percentual da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação de Custódia - SELIC;

Além destas destinações, a Lei no. 5.764/71 prevê que os resultados positivos das operações com atos não-cooperados serão destinados ao Fundo de assistência técnica, educacional e social – FATES; que a perda apurada no exercício será coberta com recursos provenientes da Reserva legal e, se insuficiente esta, mediante rateio, entre os cooperados e que a Assembleia Geral poderá criar outras reservas (fundos), inclusive rotativos, com recursos destinados para fins específicos fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

A partir do exercício de 2021 a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, após as destinações legais e estatutárias, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

	<u>2025</u>
Sobras ou Perdas do Período antes das Destinações e dos Juros ao Capital	175.985
Reversão Resolução CMN 4.966/21	27.791
Reversão Fates	12.139
Sobras líquidas do exercício, base de cálculo das destinações	215.915
Destinações estatutárias:	
Juros sobre o capital distribuído	(126.316)
FATES - lucro de operações realizadas com não cooperados	
Reserva legal - 35 %	(31.360)
FATES - Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	<u>(4.480)</u>
Sobras do exercício à disposição da Assembleia Geral	<u><u>53.759</u></u>

A Cooperativa distribuiu juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado em percentual limitado a 100% da taxa referencial SELIC para o exercício de 2025 e 2024. Os critérios

# Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

para o pagamento obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009, e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.872/2020.

	2025	
	2º semestre	Exercício
	(6 meses)	(12 meses)
Juros ao Capital	(126.316)	(126.316)

### 19.3 Aprovação das destinações

A destinação das sobras do exercício sociais de 2024 foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária de 17 de março de 2025, foi deliberada a destinação do saldo de Sobras à disposição da assembleia para reserva legal, no montante de R\$ 47.064, para Capital social, no montante de R\$ 28.239 e o saldo remanescente, no montante de R\$ 18.826, foi distribuído aos associados.

Os valores apresentados nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido variam em decorrência da distribuição de sobras para associados desligados, cujos saldos são transferidos para cotas de capital à pagar.

### 20 Resultado de Atos Não Cooperativos

São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.

No exercício de 2025, o resultado apurado foi negativo.

### 21 Receitas da Intermediação Financeira

#### 21.1 Receitas de Operações de Crédito

	2025	
	2º semestre	Exercício
	(6 meses)	(12 meses)
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	2.203	3.985
Rendas de Empréstimos	287.962	538.948
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	16.006	32.347
Rendas de Financiamentos	31.947	63.930
Rendas de Rurais - Recursos Livres	4.432	7.773
Rendas de Rurais - Recursos Direcionados à Vista	2.509	8.107
Rendas de Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	27.529	30.338
Rendas de Rurais - Recursos Direcionados de LCA	88.098	181.071
Rendas de Rurais - Recursos de Fontes Públicas	3.285	6.778
Rendas de Créditos Por Avais e Fianças Honrados	384	669
Recuperação de Créditos Baixados Como Prejuízo	68.763	92.094
Rendas de Títulos com Características de Concessão de Crédito	314.262	599.808
Rendas de Crédito por Venda a Prazo de Ativos não Financeiros	1.243	2.341
(-) Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(6.041)	(12.091)
	<b>842.582</b>	<b>1.556.098</b>

Em decorrência da Resolução nº 4966/21, apresentamos a suspensão do reconhecimento de receitas de juros em operações com atraso, alinhado às novas diretrizes contábeis.

## Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2025	
	2º semestre (6 meses)	Exercício (12 meses)
Stop Accrual	(41.015)	(63.790)
<b>21.2 Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários</b>		
	2025	
	2º semestre (6 meses)	Exercício (12 meses)
Rendas de Títulos de Renda Fixa (Nota 6.1)	1.655	10.766
	<b>1.655</b>	<b>10.766</b>
<b>21.3 Resultado das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>		
	2025	
	2º semestre (6 meses)	Exercício (12 meses)
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (6.1 e 6.2)	9.247	17.644
	<b>9.247</b>	<b>17.644</b>
<b>22 Despesas da Intermediação Financeira</b>		
	2025	
	2º semestre (6 meses)	Exercício (12 meses)
Dispêndios de Captação no Mercado	(780.359)	(1.405.727)
Dispêndios de Obrigações Por Empréstimos e Repasses	(46.765)	(88.806)
	<b>(827.125)</b>	<b>(1.494.534)</b>
<b>23 Despesa com Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito</b>		
	2025	
	2º semestre (6 meses)	Exercício (12 meses)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	203.477	367.595
Reversões de Provisões para Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	51.202	67.400
Reversões de Provisões para Compromissos e Créditos a Liberar	10	32
Provisões para Operações de Crédito	(321.709)	(615.351)
Provisões para Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	(78.726)	(158.822)
Provisões para Compromissos e Créditos a Liberar	(9.291)	(9.298)
	<b>(155.036)</b>	<b>(348.444)</b>

## Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 24 Rendas de Tarifas

	2025	
	2º semestre	Exercício
	(6 meses)	(12 meses)
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	1.164	2.321
Rendas de Serviços Prioritários - PF	401	761
Rendas de Serviços Especiais - PF	18	35
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	1.965	3.901
Rendas de Outras Tarifas - PJ	2.113	4.233
	<b>5.662</b>	<b>11.251</b>

#### 25 Ingressos/ Receitas de Prestação de Serviços

	2025	
	2º semestre	Exercício
	(6 meses)	(12 meses)
Rendas de Cobrança	3.982	7.972
Rendas de Garantias Prestadas	380	992
Rendas por Serviços de Pagamento - Outros Serviços Relacionados a Tra	5.411	9.915
Rendas de Convênios	286	594
Rendas de Comissão de Outros Serviços	-	34
Rendas de Outros Serviços	1.100	2.127
Rendas de Comissão de Seguros	36	70
Rendas de Comissão de Previdência	-	5
Rendas com Outras Comissões Comerciais e sobre Serviços	6.355	12.684
Rendas de Tarifa Anuidade Cartão de Crédito	1.656	3.882
Rendas de Outras Tarifas de Cartões	93	156
Rendas de Tarifas de Intercâmbio	12.243	23.782
Rendas Aluguel Equipamentos de Transações de Pagamentos	2.633	5.174
Rendas por Antecipação de Obrigações de Transações de Pagamento	2.420	4.161
	<b>36.596</b>	<b>71.551</b>

#### 26 Despesas de Pessoal

	2025	
	2º semestre	Exercício
	(6 meses)	(12 meses)
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(231)	(446)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(3.977)	(7.755)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(11.076)	(21.630)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(11.037)	(20.550)
Despesas de Pessoal - Proventos	(29.559)	(56.402)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(499)	(967)
	<b>(56.378)</b>	<b>(107.749)</b>

## Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 27 Outras Despesas Administrativas

	2025	
	2º semestre	Exercício
	(6 meses)	(12 meses)
Despesas de Água, Energia e Gás	(1.101)	(2.330)
Despesas de Aluguéis	(4.993)	(9.855)
Despesas de Comunicações	(2.449)	(4.903)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(5.874)	(9.739)
Despesas de Material	(426)	(849)
Despesas de Processamento de Dados	(5.241)	(10.193)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(1.055)	(3.702)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(2.834)	(5.960)
Despesas de Publicações	(60)	(120)
Despesas de Seguros	(228)	(520)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(5.153)	(10.273)
Despesas de Serviços de Terceiros	(964)	(1.973)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(4.613)	(9.243)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(10.416)	(20.308)
Despesas de Transporte	(711)	(1.532)
Despesas de Viagem no País	(466)	(922)
Despesas de Amortização	(3.891)	(7.779)
Despesas de Depreciação	(6.266)	(13.636)
Outras Despesas Administrativas (Nota 27.1)	(5.480)	(10.277)
	<b>(62.221)</b>	<b>(124.112)</b>

#### 27.1 Outras Despesas Administrativas

Os saldos das outras despesas administrativas estão compostos:

	2025	
	2º semestre	Exercício
	(6 meses)	(12 meses)
Livros Jornais e Revistas	(3)	(4)
Condomínio	(46)	(94)
Emolumentos Judiciais e Cartorários	(37)	(64)
Copa/Cozinha	(150)	(268)
Lanches e Refeições	(22)	(41)
Contribuição a OCE	(5)	(185)
Taxas da Junta Comercial	(1)	(3)
Ações Judiciais	(3.925)	(6.924)
Rateio de Despesa ADM do Sicoob - Confederação	(819)	(1.796)
Outras Despesas Administrativas	(473)	(899)
	<b>(5.480)</b>	<b>(10.277)</b>

## Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 28 Despesas Tributárias

	2025	
	2º semestre (6 meses)	Exercício (12 meses)
Despesas Tributárias	(55)	(694)
Desp. Impostos s/ Serviços - ISS	(334)	(669)
Despesas de Contribuição ao COFINS	(802)	(1.115)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(430)	(716)
	<b>(1.620)</b>	<b>(3.194)</b>

#### 29 Outras Despesas Operacionais

	2025	
	2º semestre (6 meses)	Exercício (12 meses)
Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento	(17.544)	(32.743)
Outras Contribuições Diversas		(44)
Perdas - Fraudes Externas	(619)	(636)
Perdas - Práticas Inadequadas	(67)	(210)
Perdas - Falhas em Sistemas de TI	(34)	(36)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(2)	(45)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(8.239)	(11.600)
Outras Despesas e Dispêndios Operacionais	(10.163)	(19.773)
	<b>(36.668)</b>	<b>(65.087)</b>

#### 30 Outros Receitas Operacionais

	2025	
	2º semestre (6 meses)	Exercício (12 meses)
Recuperação de Encargos e Despesas	2.476	6.128
Dividendos (Nota 6.3)	6.330	26.493
Distribuição de Sobras da Central (Nota 6.3)		859
Atualização Depósitos Judiciais	32	65
Rendas de Repasses Interfinanceiros	1.114	1.939
Rendas Oriundas de Cartões de Crédito e Adquirência	8.183	17.194
Outras Rendas Operacionais	280	7.205
Rendas de Aluguéis	24	33
Juros ao Capital (Nota 6.3)	23.876	23.876
Juros ao Capital Recebido do Banco Sicoob (Nota 6.3)	12.117	12.117
	<b>54.431</b>	<b>95.908</b>

## Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 31 Despesas com Provisões

	2025	
	2º semestre (6 meses)	Exercício (12 meses)
Provisões para Demandas Trabalhistas (Nota 18.1)	(27)	(121)
Provisões para Contingências (Nota 18.1)	(1.278)	(1.558)
Reversões de Provisões para Contingências (Nota 18.1)	145	9.565
Provisões para Garantias Prestadas (Nota 18.4)	(8.479)	(18.856)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas (Nota 18.4)	9.329	17.129
	<b>(310)</b>	<b>6.159</b>

#### 32 Outras Receitas e Despesas Não Operacionais

	2025	
	2º semestre (6 meses)	Exercício (12 meses)
Valorização de Ativos não Financeiros Mantidos para a Venda Recebidos		22
Lucros na Alienação de Ativo não Financeiro Mantidos para Venda Recebidos	19	19
(-) Prejuízo na Alienação de Ativos não Financeiros Mantidos Para a Venda Recebidos	(288)	(636)
Desvalorização de Ativos não Financeiros Mantidos para a Venda	(17.001)	(17.591)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(726)	(1.595)
(-) Outros Desconto Concedido - Operações Renegociadas	(109)	(109)
	<b>(18.105)</b>	<b>(19.889)</b>

#### 33 Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB n.º 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 foram identificados os eventos considerados “resultados não recorrentes” conforme a seguir:

	2025	
	2º semestre (6 meses)	Exercício (12 meses)
Desvalorização de Ativos Não Financeiros (BNDU)	(17.001)	(17.569)
Recuperação de Créditos Tributários	7	7.059
Resultado na Venda de Ativos Não Financeiros (BNDU)	(270)	(617)
	<b>(17.263)</b>	<b>(11.127)</b>

#### 34 Partes relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 07/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

## Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

#### 34.1 Pessoal chave da administração

##### 34.1.1 Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os membros da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. A remuneração paga ou a pagar pelos serviços desses profissionais refere-se exclusivamente aos honorários da diretoria, as cédulas de presença dos conselheiros e aos correspondentes encargos trabalhistas que, no semestre findo em 31 de dezembro de 2025, montaram a R\$ 10.979.

##### 34.1.2 Saldos e transações com o pessoal chave da administração

As operações com tais partes relacionadas e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Conforme a Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são deliberadas em última alçada de aprovação, no âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

O pessoal-chave de administração inclui os conselheiros e diretores, anualmente são deliberados os montantes de remuneração, benefícios e plano de previdência complementar na Assembleia Geral Ordinária, em cumprimento à Lei 5.764/1971 art.44.

	<u>2025</u>
<b>(a) Principais saldos</b>	
<b>Ativo</b>	
Operações de crédito e outros créditos - circulante	130.037
Operações de crédito e outros créditos - não circulante	324.996
<b>Passivo</b>	
Depósitos a vista - circulante	21.512
Depósitos a prazo, LCA e LCI - não circulante	672.692
<b>Patrimônio líquido</b>	
Capital social	59.546
Novos Aportes de Capital	713
	<u>2025</u>
<b>(b) Principais operações</b>	
Ingresso com operações de crédito e outros créditos	54.958
Dispêndio com captação	76.808
Juros ao capital	6.315

#### 35 Cooperativa Central - Sicoob São Paulo

# Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Sicoob Cocred, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

### 35.1 Atribuições estatutárias

O Sicoob São Paulo tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômicos financeiros e assistenciais de interesse das filiadas, integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas emitidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao Sicoob São Paulo a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação de suas filiadas, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

### 35.2 Saldos e transações com o Sicoob São Paulo

#### 35.2.1 Principais saldos

	<u>2025</u>
<b>Ativo circulante</b>	
Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira (Nota 5)	5.135.891
<b>Ativo não circulante</b>	
Participações de Cooperativas (Nota 6.3)	200.437

#### 35.2.2 Principais Resultados

	<u>2º semestre</u>	<u>2025</u>
	<u>(6 meses)</u>	<u>Exercício</u>
		<u>(12 meses)</u>
Resultado com Título de Renda Fixa (TVM) (Nota 6.1)	1.624	10.709
Resultado com Ingressos de Depósitos Intercooperativos (Nota 5)	351.060	592.485
Distribuição de sobras (Nota 30)	859	24.735
Aportes de capital	33.064	43.112

O Sicoob Cocred responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo Sicoob São Paulo perante terceiros, até o limite do valor das quotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

### 36 Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955 de 21/10/2021, compatível com os riscos de suas atividades. Em dezembro de 2025, o índice foi de 16,86%. Os impactos da 4.966 no índice de basileia, está sendo forma faseada, conforme a Res. CMN nº 5.199/2024.

### 37 Benefícios a empregados

As despesas com contribuições efetuadas pela Cooperativa totalizaram:

## Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2025	
	2º semestre	Exercício
	(6 meses)	(12 meses)
Ajuda de Custo	(150)	(298)
Alimentação do trabalhador	(10.279)	(19.173)
Vale transporte	(5)	(10)
Auxílio Creche/babá	-	(600)
Contribuição Previdência Privada (i)	(469)	(811)
Seguro de Vida	(106)	(308)
Convênio Médico / Auxílios	(2.263)	(4.171)
Programas de Participação do Resultado	(16.510)	(16.522)
	<b>(29.782)</b>	<b>(41.894)</b>

(i) A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

### 38 Gerenciamento de riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e a Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, social, ambiental e climático, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, cibernético e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

#### 38.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

## Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

#### 38.2 Risco de crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimativa (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;

## Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

### 38.3 Risco de mercado e variação das taxas de juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

## Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

- a) valor econômico ( $\Delta EVE$ ): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;
- b) resultado de intermediação financeira ( $\Delta NII$ ): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

- a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
- b) os limites máximos do risco de mercado;
- c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
- d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;
- e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);
- g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
- h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
- i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
- j) resultado dos testes de estresse.

#### 38.4 Risco de liquidez

## Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e no Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos a órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) limite mínimo de liquidez;

a.2) fluxo de caixa projetado;

a.3) aplicação de cenários de estresse;

a.4) definição de planos de contingência.

b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Os resultados dos testes de estresse aplicando os cenários de estresse, tem por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das cooperativas do Sicoob.

## 38.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

## Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

- a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

De modo a observar a propensão ao risco das atividades econômicas das contrapartes, foi elaborada a Lista de Setores Sensíveis e a Lista de Exclusão, considerando os impactos causados ao meio ambiente e na sociedade como um todo, acidentes de trabalho, exposições em mídia, fontes de receita, sensibilidade da legislação aplicável no exercício das atividades, práticas de mercado, apetite a risco institucional e risco de imagem.

O limite de concentração da exposição em setores sensíveis é de 15% (quinze por cento), considerando o saldo devedor dos setores, de forma consolidada, sobre a carteira total da cooperativa.

### 38.6 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital com finalidade avaliar e acompanhar os índices mínimos de capital regulamentar e gerencial, com intuito de manter a necessidade de capital adequada aos objetivos estratégicos das entidades do Sicoob.

## Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificarem, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital alinhado aos objetivos estratégicos, principais fontes de capital e plano de contingência.

Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração das instituições.

#### 38.7 Gestão de continuidade de negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, revisados e testados, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

Mais detalhes sobre Gerenciamento de Riscos e de Capital da SICOOB COCRED e a Tabela OVA, que não fazem parte das demonstrações contábeis, podem ser visualizados no site <https://sicoobcocred.com.br/relacionamento/gerenciamento-de-riscos/>, seção “Gerenciamento de Riscos” / Relatório de Pilar 3.

#### 38.8 Risco Cibernético

## Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

O gerenciamento de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente cibernético. As diretrizes para o gerenciamento do risco cibernético estão definidas na Política Institucional de Risco Cibernético e no Manual de Risco Cibernético, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e procedimentos padronizados para as entidades do Sicoob.

A área de Risco Cibernético realiza monitoramentos essenciais, acompanha vulnerabilidades e incidentes cibernéticos, além de participar de fóruns específicos sobre o tema, contribuindo para o desenvolvimento de suas funções e para a proteção dos ativos digitais do Sicoob. Adicionalmente, são realizadas pesquisas periódicas da maturidade cibernética de todo o sistema Sicoob, o que possibilita a avaliação e a priorização de ações, medidas e controles para mitigação de riscos cibernéticos e de segurança da informação.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bienalmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo.

#### **38.9 Impactos da Resolução nº 4.966**

A Cooperativa adota integralmente as políticas e manuais sistêmicos de gerenciamento de riscos, formalmente aprovados e aderentes à regulamentação vigente.

A gestão dos riscos de crédito, mercado e liquidez é aplicada à realidade da Cooperativa, com monitoramento periódico e observância aos limites definidos na RAS (Declaração de Apetite por Riscos).

As exposições são mensuradas e acompanhadas conforme metodologia sistêmica, incluindo risco de crédito, liquidez e mercado (sensibilidade a indexadores como CDI e IPCA), compatíveis com o porte e perfil operacional da Cooperativa.

As informações constam nas demonstrações financeiras e são complementadas pelo Book de Mercado e Relatório Pilar 3, este divulgado no sítio da cooperativa.

Na data-base das demonstrações financeiras, os principais riscos (crédito, mercado e liquidez) encontram-se monitorados e enquadrados nos limites institucionais.

A divulgação ocorre de forma integrada entre RAS, Relatório Pilar 3 e políticas internas.

Assim, entendemos que os requisitos estão atendidos, observados os princípios de materialidade, proporcionalidade e relevância.

# Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

GESTÃO DE ATIVOS E PASSIVOS SUJEITOS AO RISCO DE VARIAÇÃO DAS TAXAS DE JUROS NA CARTEIRA BANCÁRIA - 3214 SICOOB COCRED							
Data do Risco: 31/12/2025							
Gestão de Ativos e Passivos Assets and Liabilities Management (ALM)	Valor Contábil (a)	Valor MtM (b)	Valor Futuro (c)	Duration	PV01 (k)	Taxa Contratada	EGL (b - a)
		2.194.050.298	2.749.437.811	4.077.710.467	nov-26	(1.61)	-
<b>Operações Ativas</b>	<b>14.301.579.797</b>	<b>14.843.497.612</b>	<b>16.925.848.244</b>	<b>fev-27</b>	<b>(209)</b>	<b>-</b>	<b>541.917.815</b>
S/R	343.095.336	343.095.336	343.095.336	jan-26	0		0
Disponibilidades	343.095.336	343.095.336	343.095.336	jan-26	0	-	0
<b>Pré</b>	<b>1.983.383.607</b>	<b>2.110.757.782</b>	<b>2.174.491.329</b>	<b>fev-27</b>	<b>(209)</b>		<b>127.374.175</b>
Aplicação DI	23.929.002	22.791.171	0	jun-26	(1)	-	(1.137.831)
Repasse Interfinanceiros	62.812.399	62.492.067	66.877.594	jul-26	(3)	12,09%	(320.332)
Aplicação CPP-F	55.290.595	57.082.631	63.206.921	out-26	(4)	17,55%	1.792.036
Capital de Giro	564.191.372	648.278.629	826.931.309	out-27	(103)	22,53%	84.087.257
Cheque Especial	251.334.807	256.360.250	0	jan-26	(7)	-	5.025.443
Empréstimos e Financiamentos	458.782.409	492.857.957	580.879.917	mar-27	(51)	20,41%	34.075.548
Financiamento Rural	567.043.023	570.895.077	636.595.588	out-26	(41)	14,76%	3.852.054
<b>%CDI</b>	<b>11.945.366.923</b>	<b>12.357.551.339</b>	<b>14.370.333.025</b>	<b>mar-27</b>	<b>(0)</b>		<b>412.184.416</b>
Aplicação DI	260.859.053	260.750.799	0	abr-27	(0)	-	(108.254)
Aplicação CPP-F	3.500.794.698	3.712.883.378	4.952.062.452	fev-28	0	100% + 3%	212.088.680
Centralização Financeira	5.051.590.020	5.051.590.020	5.054.375.015	jan-26	0	100% + 0%	0
Capital de Giro	1.343.994.356	1.429.812.341	1.857.974.087	dez-27	0	100% + 3,35%	85.817.985
Empréstimos e Financiamentos	741.554.963	812.429.395	1.124.064.007	mai-28	0	100% + 4,25%	70.874.432
Financiamento Rural	1.045.745.293	1.089.232.722	1.380.834.308	out-27	0	100% + 2,52%	43.487.429
Bens Não de Uso Próprio (BNDU)	828.540	852.684	1.023.156	jun-27	0	100% + 1,98%	24.144
<b>TR</b>	<b>54.581</b>	<b>49.298</b>	<b>56.264</b>	<b>jan-27</b>	<b>(0)</b>		<b>(5.283)</b>
Capital de Giro	54.581	49.298	56.264	jan-27	(0)	TR + 0,99%	(5.283)
<b>%SELIC</b>	<b>29.679.350</b>	<b>32.043.857</b>	<b>37.872.290</b>	<b>mai-27</b>	<b>0</b>		<b>2.364.507</b>
Aplicação LFT	452.215	452.011	0	mar-27	0	-	(204)
Capital de Giro	29.227.135	31.591.846	37.872.290	mai-27	0	100% + 6%	2.364.711
<b>Operações Passivas</b>	<b>(12.107.529.498)</b>	<b>(12.094.059.800)</b>	<b>(12.848.137.777)</b>	<b>jun-26</b>	<b>48</b>	<b>-</b>	<b>13.469.698</b>
S/R	(971.544.701)	(971.544.701)	(971.544.701)	jan-26	0		0
Depósito à Vista (PF)	(316.079.452)	(316.079.452)	(316.079.452)	jan-26	0	-	0
Depósito à Vista (PJ)	(655.465.249)	(655.465.249)	(655.465.249)	jan-26	0	-	0
<b>Pré</b>	<b>(606.747.107)</b>	<b>(579.213.759)</b>	<b>(675.008.035)</b>	<b>fev-27</b>	<b>57</b>		<b>27.533.348</b>
Captação LCA	(3.004.547)	(2.989.373)	(3.205.183)	jul-26	0	12,73%	15.174
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(603.742.559)	(576.224.386)	(671.802.852)	fev-27	57	9,80%	27.518.174
<b>%CDI</b>	<b>(10.525.420.332)</b>	<b>(10.539.486.085)</b>	<b>(11.197.767.682)</b>	<b>jun-26</b>	<b>(9)</b>		<b>(14.065.754)</b>
Captação RDC	(6.149.728.932)	(6.149.876.858)	(6.153.267.351)	jan-26	(0)	104,37% + 0%	(147.926)
Captação LCA	(4.375.691.399)	(4.389.609.227)	(5.044.500.331)	fev-27	(9)	103,45% + 0%	(13.917.828)
<b>TR</b>	<b>(3.817.359)</b>	<b>(3.815.256)</b>	<b>0</b>	<b>jan-26</b>	<b>0</b>		<b>2.103</b>
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(3.817.359)	(3.815.256)	0	jan-26	0	TR + 0%	2.103

### 39 Cobertura de seguros

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros relacionados a garantia de valores, benfeitorias em propriedades de terceiros e imóveis e veículos de propriedade da Sicoob Cocred.

\* \* \*



## Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 79847356-944B-4E18-96D9-BB4BE9E1C40A

Status: Concluído

Assunto: Complete com a Docusign: DF COCRED DEZ 2025\_VF.pdf

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 70

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 2

Rubrica: 0

Isabela Mantovani

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

São Paulo, São Paulo 04538-132

isabela.mantovani@pwc.com

Endereço IP: 134.238.160.202

## Rastreamento de registros

Status: Original

12 de março de 2026 | 09:04

Portador: Isabela Mantovani

isabela.mantovani@pwc.com

Local: DocuSign

Status: Original

12 de março de 2026 | 16:58

Portador: CEDOC Brasil

BR\_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Local: DocuSign

@pwc.com

## Eventos do signatário

Marcos Franco Botelho

marcos.botelho@pwc.com

PwC BR

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

### Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP-Brasil

Emissor: AC SyngularID Multipla

Assunto: CN=MARCOS FRANCO BOTELHO:05231963690

## Assinatura

DocuSigned by:  
  
 B4419BFC8085477...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 186.215.152.4

Política de certificado:

[1]Certificate Policy:

Policy Identifier=2.16.76.1.2.3.125

[1,1]Policy Qualifier Info:

Policy Qualifier Id=CPS

Qualifier:

<http://syngularid.com.br/repositorio/ac-syngularid-multipla/dpc/dpc-ac-syngularID-multipla.pdf>

## Registro de hora e data

Enviado: 12 de março de 2026 | 09:12

Visualizado: 12 de março de 2026 | 09:40

Assinado: 12 de março de 2026 | 16:58

### Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
<p>Isabela Mantovani isabela.mantovani@pwc.com Manager</p> <p>Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)</p> <p><b>Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:</b> Não oferecido através da DocuSign</p>	<b>Copiado</b>	<p>Enviado: 12 de março de 2026   16:58 Visualizado: 12 de março de 2026   16:58 Assinado: 12 de março de 2026   16:58</p>
<p>Kaique Lelis kaique.lelis@pwc.com</p> <p>Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)</p> <p><b>Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:</b> Não oferecido através da DocuSign</p>	<b>Copiado</b>	<p>Enviado: 12 de março de 2026   09:12</p>

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
-------------------------	------------	-------------------------

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
---------------------	------------	-------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	12 de março de 2026   09:12
Entrega certificada	Segurança verificada	12 de março de 2026   09:40
Assinatura concluída	Segurança verificada	12 de março de 2026   16:58
Concluído	Segurança verificada	12 de março de 2026   16:58

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
----------------------	--------	----------------------